

# **Política de Investimentos**

Vigência: 2023 – 2027

## **Ceres FlexCeres**

***Aprovada pelo Conselho Deliberativo em sua 266ª  
Reunião Ordinária, realizada em 16 de dezembro de 2022.***

**Brasília/DF**

**2022**

### **Missão:**

Assegurar proteção social previdenciária aos empregados das patrocinadoras e familiares, oferecendo aos participantes benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência oficial com qualidade, ética e transparência.

### **Visão:**

Ser reconhecida como uma instituição de excelência em previdência privada fechada e se destacar pela eficiência na administração dos compromissos, solidez dos investimentos e pela flexibilidade no atendimento aos anseios dos clientes.

### **Valores:**

A atuação da Ceres é guiada pela Ética; Comprometimento; Espírito de equipe; Empreendedorismo; Transparência e Profissionalismo.

### **Conselho Deliberativo:**

Bruno dos Santos Alves Figueiredo Brasil

Raimundo Braga Sobrinho

Walter Diniz Gusmão Machado

Maria do Socorro Barbosa Guedes

Raimundo Alves de Araújo

Úrsula Maria Ludwig

### **Conselho Fiscal:**

Emidio Casagrande

Jonas Pereira do Espírito Santo

José Eden de Medeiros

Claudio Augusto Bortolini

### **Diretoria Executiva:**

José Roberto Rodrigues Peres

Washington Luiz de Carvalho e Silva

Jobson Dantas de Barros

## **Sumário**

1. Introdução .....	5
2. Objetivos .....	6
3. Governança, Normas e Procedimentos.....	6
3.1 Requisitos dos Dirigentes .....	7
3.2 Órgãos Estatutários e Consultivos .....	8
3.2.1 Grupo de Análise Preliminar de Investimentos (GAPI) .....	8
3.2.2 Comitê de Investimentos (CI) .....	9
3.3 Controles Internos e Gestão de Riscos .....	9
3.4 Monitoramento dos investimentos .....	10
3.5 Auditorias Externas.....	10
3.6 Agente Custodiante e de Controladoria .....	10
3.7 Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) e Administrador Responsável pela Gestão de Riscos.....	11
3.8 Administrador Responsável da Gestão de Riscos .....	11
3.9 Responsabilidades e Objetivos Associados aos Agentes que Participam do Processo de Investimento e Definição de Alçadas .....	12
3.10 Seleção, Acompanhamento e Avaliação dos Prestadores de Serviços Relacionados à Gestão de Recursos e Administração Fiduciária .....	12
3.11 Avaliação da Capacidade Técnica e Mitigação de Conflitos de Interesses de Pessoas que Participam do Processo Decisório e de Terceiros.....	13
4. Cenário Macroeconômico .....	13
5. Gestão de Investimentos .....	14
5.1 Meta Atuarial ou Índice de Referência.....	15
5.2 Alocação por segmento .....	15
5.2.1 Renda Fixa .....	16
5.2.2 Renda Variável .....	16
5.2.3 Estruturado .....	17
5.2.4 Imobiliário .....	18
5.2.5 Operações com Participantes .....	18
5.2.6 Exterior .....	19
5.3 Operações com Derivativos.....	19
5.4 Operações com os Patrocinadores .....	19

5.5 Responsabilidade ambiental, social e governança .....	19
5.6 Macroalocação e Limites .....	20
6. Apreçamento de ativos .....	21
6.1 Critérios de Registros e Avaliação Contábil dos Ativos .....	21
6.1.1 Títulos e Valores Mobiliários para negociação.....	21
6.1.2 Títulos Mantidos até o Vencimento .....	21
6.2 Metodologia de Apreçamento dos Ativos .....	22
7. Rentabilidade .....	22
7.1 Rentabilidade Histórica .....	23
7.2 Rentabilidade Projetada.....	23
8. Enquadramento.....	24
Anexo I - Alocação por classe de ativos: Ceres FlexCeres .....	25
Anexo II – Manual de Riscos de Investimentos.....	26

## 1. Introdução

A Política de Investimentos dos planos administrados pela Ceres - Fundação de Previdência consiste na proposta de administração e de aplicação dos recursos garantidores, em consonância com as diretrizes estabelecidas na regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), bem como o Guia Previc de Melhores Práticas em Investimentos e o Código de Autorregulação em Governança de Investimentos, instituído pelas entidades Abrapp e Sindapp<sup>1</sup>.

A Ceres busca preservar os padrões éticos e transparência sobre os processos de investimentos, adotando métodos de gestão que possam garantir o cumprimento do seu dever em relação aos patrocinadores, instituidores, participantes e assistidos.

O documento descreve a filosofia, estratégias, restrições e práticas para as alocações dos recursos garantidores e o gerenciamento das carteiras de investimentos para cada plano de benefício administrado. É planejado por meio de um conjunto de diretrizes e cenários macroeconômicos, notadamente, de médio e longo prazo, que visam à prevenção dos recursos garantidores, dos níveis de liquidez e solvência, além de buscar o melhor resultado do Plano vis-à-vis a sua exposição de risco, sob um processo prudente de investimentos.

A Política de Investimentos abrange o período de 60 meses, subsequentes à data de aprovação, sendo revisada, no mínimo, a cada 12 meses, conforme exigência regulamentar.

Ademais, pode ser revisitada a qualquer momento, em virtude de reavaliação do cenário econômico, mudança de estratégia de aplicação, rebalanceamento dos portfólios entre outros motivos que sejam devidamente justificáveis. Portanto, as alterações não incidem sobre exercícios anteriores e nem sobre ativos adquiridos antes de sua vigência.

As carteiras de investimentos são definidas por meio do estudo de macroalocação, aplicando-se os métodos de *Asset Liability Management* (ALM) e de Fronteira Eficiente (FE), considerando o fluxo atuarial e a análise do cenário macroeconômico, com objetivo de encontrar o portfólio ótimo dado o retorno esperado e a tolerância ao nível de risco para cada plano de benefício. Com isso, são apresentadas as alocações por segmento de investimentos e os limites de exposições, em consonância com a legislação vigente.

---

<sup>1</sup> Abrapp – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Sindapp – Sindicato das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. ICSS – Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social.

## **2. Objetivos**

Os objetivos e as estratégias de aplicações são de longo prazo e incluem questões ambientais, socioeconômica e de governança corporativa, estabelecendo o seguinte:

- a) Assegurar que os recursos garantidores dos planos administrados sejam aplicados de modo a obter a rentabilidade esperada para cobrir as obrigações atuariais por modalidade de plano de benefício, e garantir o pagamento dos benefícios dos participantes;
- b) Estabelecer diretrizes para que os gestores conduzam o processo de investimento em conformidade com os objetivos e restrições legais na aplicação dos recursos garantidores;
- c) Garantir que o processo de investimento seja equânime e transparente com uma gestão integrada e consoante com a estrutura de governança da Ceres, sendo definida as responsabilidades e os objetivos de cada componente no processo de aplicação dos recursos, realçando a vedação de decisões monocráticas. A tomada de decisão engloba: Grupo de Análise Preliminar de Investimentos (GAPI), Comitê de Investimentos (CI), Diretoria Executiva (Direx) e Conselho Deliberativo, conforme disposto no Manual de Alçadas da Ceres.
- d) Alocar os recursos garantidores dos planos de benefícios administrados em projetos ou empresas socialmente responsáveis, sempre que possível, desde que atendidos os requisitos de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência;
- e) Certificar que os gestores, empregados, participantes, beneficiários, provedores externos de serviços e órgãos reguladores tenham o claro entendimento dos objetivos e restrições relativas à administração dos recursos garantidores dos planos de benefícios.

## **3. Governança, Normas e Procedimentos**

A Ceres - Fundação de Previdência é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), sem fins lucrativos, cuja função é administrar os planos de previdência complementar oferecidos pelas empresas, também chamadas de patrocinadoras, aos seus empregados.

Foi criada em 1979, pela Embrapa e pela extinta Embrater que tinham a necessidade de atrair e manter bons profissionais e oferecer a eles segurança e estabilidade mesmo após a aposentadoria.

Atualmente, administra 18 planos de benefícios e 1 plano de gestão administrativa (PGA), pertencentes a oito empresas patrocinadoras, sendo elas a Embrapa, a Emater-MG, a Epamig, a Epagri, a Cidasc, a ABDI, a Emater-DF e a Ceres, e duas instituidoras, Anapec e Amaer. As modalidades desses planos contemplam os tipos

de Benefícios Definidos (BD), Contribuição Definida (CD), Contribuição Variável (CV), esse último conhecido pelos participantes como “FlexCeres”, totalizando o montante sob gestão de aproximadamente R\$ 10,0 bilhões, conforme os dados de 30 de outubro de 2022.

A Fundação, na qualidade de administradora de planos de benefícios, segue os princípios, regras e práticas de governança, em conformidade com o seu porte e sua complexidade, de modo a garantir o cumprimento do seu dever fiduciário e dos seus objetivos estatutários e estratégicos, que visam a gestão eficiente dos recursos que compõem as reservas técnicas, provisões e fundos dos planos que administra.

Com as práticas de governança corporativa em uso procura-se converter princípios em ações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e aperfeiçoar valores, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações de investimentos. As estruturas colegiadas em vigor, com representantes dos patrocinadores, participantes e assistidos, têm sido relevantes neste processo.

Dos princípios que norteiam a gestão dos investimentos, destacam-se a ética, a segurança, a rentabilidade, a solvência, a liquidez, a diligência, a lealdade e a boa-fé. Esses princípios são valores adotados pelos profissionais capacitados e diretamente responsáveis pelas negociações no que tange aos processos de recepção, de análise, de recomendação, de execução, de acompanhamento e de divulgação dos investimentos.

As informações seguem preceitos normativos previstos na legislação e são disponibilizadas para as partes interessadas através de diferentes veículos de comunicação, bem como por programas de educação financeira e previdenciária. A prestação de contas, no sentido de *accountability*, é uma rotina da gestão, com disponibilização de informações adequadas a todos os integrantes do sistema, além das que são obrigatórias por lei ou regulamento, tão logo estejam disponíveis. As informações são rotineiras, equilibradas e de qualidade, em linguagem acessível e clara, com prevalência da substância sobre a forma, abordando tanto os aspectos positivos quanto os negativos, de modo a oferecer aos interessados uma visão adequada e a correta compreensão sobre a gestão dos recursos pela Fundação. O princípio da equidade tem sido caracterizado pelo tratamento justo de todos os atores partícipes, sem atitudes ou políticas discriminatórias.

### **3.1 Requisitos dos Dirigentes**

A partir da vigência das Leis Complementares nº 108/2001 e nº 109/2001, as responsabilidades dos diretores e conselheiros das EFPC, agentes responsáveis pela gestão, pelas diretrizes administrativas e pela definição das políticas e estratégias, foram definitivamente incorporadas aos planos de trabalho. Os dirigentes e gestores têm o compromisso de:

- a) Atuar com boa fé, zelo, diligência e lealdade, pautando-se por elevado padrão de conduta ética e evitando conflitos de interesse;

- b) Agir de forma consensual, estimulando o trabalho em equipes competentes, com especialistas nas diversas áreas de atuação;
- c) Atualizar constantemente sobre os aspectos legais que envolvem a previdência complementar;
- d) Ser transparentes e precisos nas informações prestadas aos participantes, aos órgãos reguladores e fiscalizadores e demais parceiros;
- e) Buscar constante profissionalização e atualização técnica gerencial, compatível com a exigência legal e estatutária e com a complexidade das funções exercidas.

### **3.2 Órgãos Estatutários e Consultivos**

Os órgãos estatutários são o Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva e suas atribuições estão definidas no Estatuto da Fundação. Os órgãos consultivos relacionados à área de investimentos são o Grupo de Avaliação Preliminar de Investimentos (GAPI) e o Comitê de Investimentos (CI). Os órgãos consultivos relacionados à área de benefícios são o Grupo de Avaliação Preliminar de Seguridade (GAPS) e o Comitê de Previdência (CP). Os Comitês Consultivos de Planos (CCP), colegiados subordinados à diretoria dos patrocinadores, são órgãos auxiliares dos patrocinadores em ambas as áreas.

De acordo com a legislação, os membros dos órgãos estatutários e dos órgãos consultivos relacionados à área de investimentos, bem como os demais empregados diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores, devem estar certificados por instituição autônoma reconhecida pela Previc, previamente ao exercício dos respectivos cargos.

#### **3.2.1 Grupo de Análise Preliminar de Investimentos (GAPI)**

As propostas de investimentos encaminhadas à Ceres são registradas em protocolo específico. O resumo de cada proposta é preparado pela Secretaria dos Órgãos Colegiados e submetidos à análise do Grupo de Análise Preliminar de Investimentos (GAPI), cuja coordenação está a cargo do Diretor de Investimentos e é constituído por sete membros permanentes, sendo três Diretores, os titulares das Gerências de Investimentos, de Monitoramento de Investimentos, de Controles Internos e Gestão de Riscos e da Jurídica. Este grupo técnico é responsável pela análise preliminar e pelo acompanhamento de todas as propostas submetidas à Ceres quanto à sua adequação à Política de Investimentos e à legislação vigente. As propostas recomendadas pelo GAPI são encaminhadas às Gerências de Investimentos (Geinv), de Controles Internos e Gestão de Riscos (Gecor) e Jurídica (Gejur) para a análise e preparo de relatório técnico detalhado, a ser submetido ao Comitê de Investimentos. Os investimentos realizados no período que antecede a



reunião e os investimentos possíveis de serem realizados no período posterior à reunião, são apresentados para conhecimento e discussão neste colegiado.

### 3.2.2 Comitê de Investimentos (CI)

O Comitê de Investimentos é um colegiado consultivo, parte fundamental da estratégia de governança, e é responsável pela análise dos relatórios técnicos das propostas de negócios.

É constituído por nove membros titulares, sendo três permanentes e seis indicados.

Os membros indicados são: um representante dos assistidos, a ser indicado pela entidade que representa os assistidos junto à Ceres e cinco representantes de Comitês Consultivos de Planos (CCP) das patrocinadoras ABDI, CIDASC, EMATER-DF, EPAMIG e Ceres que não possuem representantes no Conselho Deliberativo, indicados pelos respectivos CCP. Cada membro titular indicado terá um suplente, com mandato idêntico.

Os membros indicados e seus suplentes devem comprovar conhecimento e experiência nas áreas financeira, de mercado de capitais e de investimentos.

## 3.3 Controles Internos e Gestão de Riscos

A estrutura de governança da Ceres conta com a figura do Administrador Responsável pela Gestão de Riscos, responsável por adotar medidas que visam reduzir os riscos envolvidos nas suas atividades, contando com apoio de uma área especializada, representada pela Gecor, para acompanhar os fatores de riscos envolvidos na gestão.

A Gecor é responsável pelo planejamento e coordenação das atividades de controles internos e gestão de riscos, visando dirimir e gerenciar os riscos que podem impactar os ativos e os passivos dos planos de benefícios, pela promoção da eficiência operacional, obtenção de informação precisa e confiável e obediência e respeito às políticas da administração. Além disso, cumpre e faz cumprir a legislação previdenciária, de investimentos, contábil, controle do orçamento, das informações gerenciais e dos custos, acompanhando os seus resultados e zelando pela perfeita adequação às normas e resoluções vigentes.

Elabora estudos técnicos, relatórios e pareceres que auxiliam a Diretoria de Investimentos na avaliação de risco e retorno das estratégias de investimentos e de desinvestimentos.

Entre as ferramentas utilizadas, destaca-se a matriz de riscos, que permite mensurar os riscos pelo grau de impacto e frequência por meio de relatórios gerenciais, utilizados pela Diretoria Executiva, Conselhos, Auditorias e pela própria Gecor. Os mecanismos de controles internos foram reforçados para o fiel cumprimento das determinações emanadas da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 e suas atualizações.

A Fundação conta com Manual de Riscos de Investimentos (Anexo II) onde é definido os parâmetros de cálculos, indicadores e limites operacionais visando a gestão de riscos. Os tipos de riscos monitorados são: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, sistêmico e de concentração.

### **3.4 Monitoramento dos investimentos**

A Ceres dispõe de uma área específica para monitorar os ativos aplicados ao longo do seu ciclo de investimentos, denominada de Gerência de Monitoramento de Investimentos (Gemoi).

As atribuições desta área são: Emitir pareceres para auxiliar a manifestação de voto pela Ceres em assembleias gerais, comitês de investimentos e consultas formais dos investimentos realizados, exceto aqueles relacionados a investimentos e desinvestimentos de ativos nas carteiras próprias ou de fundos; realizar os lançamentos em sistemas internos referente às operações de aplicações; elaborar relatórios de acompanhamento dos ativos investidos; preparar e encaminhar as informações para o Conselho Fiscal; atualizar as instruções normativas e manuais de investimentos; e realizar a projeção dos ativos para o cálculo das receitas de investimentos para o exercício seguinte.

### **3.5 Auditorias Externas**

São mantidos contratos de auditoria independente para avaliação da legalidade e pertinência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle realizados, envolvendo os aspectos contábeis, de governança e de gestão, conforme previsto na legislação vigente. Além disso, as patrocinadoras têm a prerrogativa de auditar seus respectivos planos de benefícios administrados pela Ceres, sob os aspectos contábeis, financeiros, concessões de benefícios e as operações junto aos participantes ou quaisquer processos de seu interesse.

### **3.6 Agente Custodiante e de Controladoria**

A Ceres contrata, por meio de processo seletivo, instituição financeira para exercer a atividade de agente custodiante, responsável pela consolidação e efetivo acompanhamento das movimentações, registro e fidúcia dos títulos e valores mobiliários integrantes das diversas carteiras que compõem os segmentos de aplicação.

Atualmente, o Banco Bradesco S.A. é o agente custodiante contratado, responsável por executar as liquidações física e financeira das operações, realizar o apreçamento dos ativos e valores mobiliários nas carteiras de investimentos dos

planos, observando os critérios de precificação estabelecidos em seu Manual de Apreçamento e, como agente de controladoria, verificar se as operações estão em consonância com a legislação e a Política de Investimentos, podendo impedir a concretização daquelas que considerar incoerentes ou que estejam em desacordo com a legislação vigente.

### 3.7 Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) e Administrador Responsável pela Gestão de Riscos

O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) para todos os segmentos de aplicação, responsável pela gestão, alocação, supervisão, monitoramento dos recursos garantidores dos planos administrados e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos é o Diretor de Investimentos, Sr. Jobson Dantas de Barros, profissional Certificado em Investimentos pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS) e devidamente Habilitado para o cargo pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, conforme Processo SEI Nº 44011.004924/2022-45 e Habilitação Nº 2022.433.

Tabela 1 – AETQ

<b>Nome</b>	Jobson Dantas de Barros
<b>CPF</b>	717.838.141-87
<b>Cargo</b>	Diretor de Investimentos
<b>Contato</b>	(61) 2106-0217; (61) 2106-0245 jobson@ceres.org.br

### 3.8 Administrador Responsável da Gestão de Riscos

O Administrador Responsável pela Gestão de Riscos é o Diretor-Presidente, Sr. José Roberto Rodrigues Peres, Engenheiro Agrônomo, profissional Certificado com Ênfase em Administração pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS), e devidamente Habilitado para o cargo pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, conforme Processo SEI Nº 44011.000033/2020-58 e Habilitação Nº 2020.8.

Tabela 2 – ARGR

<b>Nome</b>	José Roberto Rodrigues Peres
<b>CPF</b>	376.697.967-15
<b>Cargo</b>	Diretor Superintendente
<b>Contato</b>	(61) 2106-0217; (61) 2106-0223 jrperes@ceres.org.br

### **3.9 Responsabilidades e Objetivos Associados aos Agentes que Participam do Processo de Investimento e Definição de Alçadas**

As responsabilidades e objetivos associados aos mandatos dos agentes que participam do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos dos planos de benefícios administrados pela entidade, bem como a definição das alçadas de cada instância, constam no Estatuto Social da Ceres, no Regimento Interno da Ceres, no Regimento Interno do Conselho Deliberativo da Ceres, no Manual de Governança Corporativa da Ceres, no Manual de Alçada Decisória, no Regimento Interno do Comitê de Investimentos da Ceres e no Código de Conduta Ética.

O Manual de Alçada Decisória da Ceres observa os seguintes princípios: operabilidade e concretude presentes no Código Civil, a fim de otimizar o exercício das competências e o respeito à hierarquia, necessários à boa governança da pessoa jurídica, conforme os dispositivos legais aplicáveis; respeita os princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos, complexidade e riscos inerentes aos portfólios; observa os padrões de segurança econômico-financeira de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios, isoladamente, e da própria entidade fechada de previdência complementar, no conjunto de suas atividades.

Tem como objetivo fixar os limites para as devidas manifestações, atestes e aprovações relacionadas a tomadas de decisão que envolvam recursos orçamentários e financeiros descritos no Manual de Alçada Decisória, devendo ser lido e interpretado juntamente com o Estatuto Social da Ceres, que traz as regras gerais de administração, bem como o Regimento Interno da Fundação, a Política de Investimentos e o Manual de Governança Corporativa.

O Manual de Alçada Decisória é aplicável a todas as unidades operacionais da estrutura organizacional, Diretoria Executiva, Conselhos Fiscal e Deliberativo da Ceres.

### **3.10 Seleção, Acompanhamento e Avaliação dos Prestadores de Serviços Relacionados à Gestão de Recursos e Administração Fiduciária**

O processo de seleção, acompanhamento e avaliação de prestadores de serviços relacionados à gestão de recursos e administração fiduciária utiliza os critérios quantitativos e qualitativos dispostos em normativos internos<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> DIGI 021 – Seleção e monitoramento de fundos e prestadores dos serviços de administração fiduciária e de gestão de recursos de fundos de investimentos, publicado em 18/03/2022, versão 3.  
DIREX 001 – Seleção de Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários, publicado em 19/12/2014, versão 1.

A avaliação de desempenho dos fundos de investimentos nos quais são alocados os recursos dos planos administrados deverá ser realizada de forma consolidada, por classificação de fundo de investimento quanto à composição da respectiva carteira de ativos, observados os normativos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

### **3.11 Avaliação da Capacidade Técnica e Mitigação de Conflitos de Interesses de Pessoas que Participam do Processo Decisório e de Terceiros**

A avaliação de capacidade técnica na Ceres é realizada de forma sistêmica e efetiva e inclui o acompanhamento e controle das certificações e habilitações dos dirigentes, atestadas por meio de processo realizado por instituição autônoma certificadora reconhecida pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. Os profissionais envolvidos no processo de aplicação dos recursos garantidores do Plano, na análise, tais como análise e monitoramento dos investimentos também são certificados.

A Ceres dispõe de normativos, regras e documentos internos, que permitem determinar os critérios de avaliação da capacidade técnica dos colaboradores e incentivos a treinamentos ou cursos de pós-graduação (*stricto ou lato sensu*).

Para mitigar o conflito de interesse entre as pessoas envolvidas no processo de investimentos e de terceiros, a Fundação possui um Código de Conduta Ética aprovado pelo Conselho Deliberativo que dispõe sobre os atuais mecanismos de controle, e devidas penalidades.

A responsabilidade dos destinatários será apurada, reconhecida e declarada pelo Comitê de Ética mediante a instauração de processo disciplinar com as penalidades expressamente previstas no código.

O Comitê de Ética também pode ser classificado como um meio de controle, uma vez que é o órgão interno responsável por apurar infrações ao Código e aplicar os procedimentos disciplinares cabíveis.

## **4. Cenário Macroeconômico**

A estratégia de investimentos dos planos de benefícios é orientada para a adequação da composição dos ativos, observando a alocação-objetiva para cada segmento de aplicação, decorrente dos estudos de macroalocação.

Para a elaboração desta política e das expectativas de retorno para as diversas classes de ativos se inicia com a contextualização do cenário macroeconômico (interno e externo) e político, e se encerra com a modelagem de metodologias para precificar o valor justo destas classes de ativos. No âmbito macroeconômico, o

cenário é amplamente abordado de forma contínua, contribuindo para nortear a elaboração do documento legal.

Na modelagem financeira foram compilados os dados históricos para estimar o prêmio para cada classe de ativos, considerando as principais variáveis econômicas e as estratégias de alocação dos recursos dos planos de benefícios. As projeções de cenários foram divididas em segmentos de aplicação, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.994/2022.

Tabela 3 – Cenário macroeconômico 2023 a 2027

Segmento	Classe	2023			2024			2025		
		Pessimista	Base	Otimista	Pessimista	Base	Otimista	Pessimista	Base	Otimista
Renda Fixa	IMA-B	13,03%	17,59%	22,24%	9,44%	13,93%	18,36%	8,20%	12,84%	17,00%
	IMA-S	9,46%	9,36%	9,30%	7,71%	7,63%	7,57%	7,06%	7,02%	6,98%
	Crédito Privado (CDI+)	10,59%	10,51%	10,43%	9,17%	9,06%	8,95%	8,46%	8,41%	8,38%
Renda Variável	Ibovespa	-6,17%	16,87%	38,09%	-8,55%	15,12%	38,69%	-7,16%	13,86%	37,89%
Estruturado	IHFA	9,05%	11,27%	13,34%	7,17%	9,61%	11,68%	6,44%	8,75%	11,26%
Exterior	MSCI World	6,70%	17,75%	29,55%	6,16%	16,05%	25,98%	4,16%	14,99%	27,04%
Imobiliário	IFIX	6,14%	11,65%	17,19%	4,38%	10,07%	15,30%	3,20%	8,76%	14,13%
Índices	IGP-M	5,41%	4,50%	3,60%	5,12%	4,00%	2,88%	4,58%	3,79%	3,00%
	Dólar (R\$/US\$)	5,52	5,20	4,88	5,55	5,15	4,75	5,63	5,20	4,77
	IPCA	5,38%	4,94%	4,50%	3,96%	3,50%	3,04%	3,41%	3,00%	2,59%

  

Segmento	Classe	2026			2027			Longo Prazo		
		Pessimista	Base	Otimista	Pessimista	Base	Otimista	Pessimista	Base	Otimista
Renda Fixa	IMA-B	8,05%	12,60%	17,06%	8,22%	13,13%	17,75%	9,01%	13,19%	17,37%
	IMA-S	7,03%	6,99%	6,96%	7,02%	6,99%	6,90%	7,09%	7,02%	6,92%
	Crédito Privado (CDI+)	8,50%	8,41%	8,33%	8,41%	8,37%	8,31%	8,48%	8,41%	8,31%
Renda Variável	Ibovespa	-6,01%	15,34%	37,57%	-7,30%	14,93%	35,31%	-10,65%	12,74%	34,36%
Estruturado	IHFA	6,43%	8,69%	11,03%	6,63%	8,86%	11,36%	6,75%	8,97%	11,38%
Exterior	MSCI World	3,43%	13,93%	24,67%	3,42%	14,49%	25,60%	4,78%	15,60%	25,86%
Imobiliário	IFIX	4,18%	9,58%	14,80%	3,57%	9,19%	14,76%	3,86%	8,85%	14,87%
Índices	IGP-M	4,48%	3,75%	3,02%	4,48%	3,75%	3,02%	4,48%	3,75%	3,02%
	Dólar (R\$/US\$)	5,58	5,20	4,82	5,58	5,20	4,82	5,58	5,20	4,82
	IPCA	3,42%	3,00%	2,58%	3,42%	3,00%	2,58%	3,42%	3,00%	2,58%

Fonte: Estudo de Asset Liability Management – ALM 2022. Estimativas em retornos nominais.

Cabe destacar que as mudanças de curso da economia podem tornar tais cenários improváveis e, nesse caso, poderá ser revisto e modificada a estratégia de alocação dos investimentos.

## 5. Gestão de Investimentos

A aplicação de recursos garantidores dos planos administrados é realizada com base em uma estratégia de alocação de ativos, parametrizada de acordo com os compromissos atuariais e a necessidade de liquidez de cada plano de benefícios.

As carteiras de investimentos são geridas com foco nos compromissos atuariais utilizando ferramentas e estudos de macroalocação por meio de métodos do Asset Liability Management (ALM) e de Fronteira Eficiente. Estes estudos levam em consideração a percepção do cenário macroeconômico, a utilização dos fluxos de pagamentos de benefícios e os respectivos riscos atuariais, com intuito de encontrar a carteira ótima para cada portfólio, satisfazendo as condições e restrições apresentadas no modelo de otimização.

O objetivo principal é sinalizar os riscos dos passivos atuariais dos planos de benefícios frente à gestão dos investimentos, de forma a atender não somente à solvência para os pagamentos das obrigações previdenciárias, mas também à rentabilidade exigida.



Atualmente, a estrutura de investimentos é composta por fundos exclusivos e não-exclusivos, sendo um *mix* de gestão própria e terceirizada. Tal modelo engloba as aplicações em todos os segmentos previstos na legislação. Nas carteiras próprias, além das aplicações em quotas de fundos de investimentos, podem ser realizados investimentos de forma direta com base em estratégias específicas, tendo em vista a particularidade de cada plano de benefício. Esta sistemática significa que os planos podem apresentar diferentes rentabilidades dado o seu perfil de risco.

Em caso de processo de seleção de gestores de fundos de investimentos, a análise técnica deve considerar os aspectos quantitativos e qualitativos, conforme os critérios mínimos estabelecidos em instrução normativa interna, sendo que o processo deve ser analisado pelo GAPI e Comitê de Investimentos, antes de ser aprovado pela Diretoria Executiva.

Os critérios, limites e parâmetros para a gestão dos recursos administrados foram definidos em estrita observância à legislação vigente, em especial à Resolução CMN nº 4.994/2022 e suas atualizações.

A Ceres pode contratar consultoria financeira especializada para assessoria no desenvolvimento da Política de Investimentos ou em estudos específicos, complementando a análise e contribuindo para a elaboração de pareceres técnicos para o atendimento de demandas junto aos órgãos fiscalizadores.

## **5.1 Meta Atuarial ou Índice de Referência**

A Meta Atuarial ou Índice de Referência, observado no regulamento do plano de benefício, serão fixados com base em estudos técnicos, levando em consideração cada perfil, visando atestar a adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômico-financeira e às características da massa de participantes e assistidos. Assim, são definidas com uma taxa de juros e acrescida de indexador de inflação.

## **5.2 Alocação por segmento**

A aplicação dos recursos garantidores deve obedecer aos critérios de liquidez, de segurança, de transparência e de aderência aos procedimentos, aos limites e aos parâmetros estabelecidos neste documento e no Manual de Riscos de Investimentos (Anexo II), além dos dispositivos legais e regulatórios para a gestão de investimentos das EFPC.

No decorrer de 2022, a Ceres modificou a sua estrutura de investimentos com objetivo de segregar de forma real todos os ativos de investimentos visando atender as obrigações regulamentares e a implementação do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) por plano de benefício, conforme previsto na Resolução CNPC Nº46, de 1º de outubro de 2021 e na Resolução Previc Nº 12, de 16 de agosto de 2022. O prazo regulamentar para o fim da operacionalização é até 31 de dezembro de 2022.

### 5.2.1 Renda Fixa

Neste segmento, a gestão dos recursos é realizada por meio de carteira própria, podendo alocar parte do montante em fundos de investimento exclusivos e/ou não exclusivos.

Incluem-se neste segmento, os Fundos denominados como “Caixa” necessários para a gestão de liquidez e dos pagamentos das obrigações dos planos de benefícios.

Os ativos e operações elegíveis para este segmento, bem como os seus limites de aplicação, incluindo as diferentes modalidades dos planos de benefícios são aqueles expressos na Resolução CMN nº 4.994/2022 e suas atualizações. Entretanto, as restrições são:

- a) Não são permitidas operações indexadas à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e à Taxa Básica Financeira (TBF);
- b) Títulos privados e seus emissores devem estar em conformidade com a política de risco de crédito definida neste documento;
- c) Só podem ser adquiridos papéis bancários e não bancários classificados como de baixo risco de crédito na data de sua aquisição, de acordo com os parâmetros de classificação estabelecidos nesta Política de Investimentos e Instruções Normativas.

Os ativos de renda fixa são prioritários nas aplicações dos recursos, notadamente, sob a ótica de risco e retorno. Neste aspecto, destacam-se os títulos públicos pós-fixados que permitem agregar resultados para a carteira de investimentos e com menor grau de volatilidade. A Ceres monitora os prêmios dos títulos públicos indexados à inflação, em específico, NTN-B, por entender como o principal ativo para imunização do portfólio, ponderando a taxa negociada frente ao objetivo de retorno, bem como o vértice necessário para proporcionar a maior aderência do fluxo de caixa do Plano.

### 5.2.2 Renda Variável

A estratégia é subdividida em duas modalidades: gestão ativa e passiva.

Na gestão ativa os recursos são distribuídos em seis Fundos de Investimentos em Ações (FIA's) exclusivos, de gestão terceirizada<sup>3</sup>, com objetivo de retorno de superar o Índice IBrX 100 – representado pelo desempenho médio das cotações dos 100 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado acionário brasileiro e o Índice de Dividendos - IDIV - representado pelo desempenho médio

---

<sup>3</sup> Escolhidos mediante o processo de seleção de gestores e prestadores de serviços de investimentos previsto no normativo interno DIGI 021.



dos ativos que melhor remuneraram os investidores, sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, a depender do perfil do fundo investido.

A relação de FIA's exclusivos são:

- a) Águas Emendadas Fundo de Investimento em Ações;
- b) Burity Fundo de Investimento em Ações;
- c) Chapada dos Veadeiros Fundo de Investimento em Ações;
- d) Iguaçu Fundo de Investimento em Ações;
- e) Oceana Serra da Capivara Fundo de Investimento em Ações;
- f) Tijuca Fundo de Investimento em Ações.

Na gestão Passiva a aplicação é por meio de Fundos de Índices ou *ETF - Exchange Traded Fund* de ações negociado na B3, realizada na estrutura do Fundo de Investimentos Agrociência Ações, de gestão própria da Ceres, com objetivo de acompanhar o Índice Bovespa - Ibovespa - principal índice acionário brasileiro composto por empresas mais negociadas na B3. Pelas características dos ETFs, por serem semelhantes às ações (mercado à vista - bolsa), as suas cotas podem ser emprestadas no mercado de capitais, por meio do Banco de Títulos - BTC, contida na plataforma de negócios da B3, permitindo obter taxas juros pré-fixadas para um determinado período, agregando retorno para esta classe de ativos.

A aplicação por meio de ETFs permite adotar movimentos táticos mais ágeis, podendo ampliar ou reduzir a posição no segmento de renda variável de forma mais simplificada, buscando se beneficiar dos movimentos ciclos de mercado no longo prazo.

Com relação ao mercado de opções, será permitida a venda de opções do Índice Bovespa à vista ou futuro, em volume menor ou igual ao patrimônio da carteira de ações gerida pela Ceres com o objetivo específico de *hedge*.

Na presente política é vedada a realização de operação de *Day-trade*. Cabe ressaltar que todos os artigos descritos na Resolução CMN 4.994/2022, relativos à alocação no segmento de renda variável, estão contemplados nos Regulamentos dos Fundos Exclusivos de Ações.

### 5.2.3 Estruturado

Em investimentos estruturados, a segregação dos ativos é identificada pelo número de cotas registradas na contabilidade para cada plano de benefício, sendo que as posições mantidas são vinculadas em carteira própria. Os ativos e operações elegíveis, assim como seus limites de aplicação são aqueles definidos na Resolução CMN nº 4.994/2022 e suas atualizações.

Para os Fundos de Investimento em Participações - FIP a comparação entre o retorno do investimento e a meta de rentabilidade será apurada no término dos respectivos períodos de desinvestimento, tendo em vista a peculiaridade desses fundos, que geralmente não apresentam evolução do valor de suas cotas durante

o período de investimento. Para o período estabelecido nesta política, há intenção de alienar as cotas dos FIP's mantidos em carteiras devido à baixa atratividade dos ativos remanescentes nos *portfólios* dos fundos investidos e do custo de oportunidade em realocar esses recursos em outros ativos de menor relação risco e retorno.

Ademais, está prevista a ampliação do volume de recursos aplicados em fundos de investimentos multimercados, por meio de gestores de fundos multimercados (FICFIM ou "*Fund of Funds – FoF*"), sendo exclusivos da Fundação.

#### 5.2.4 Imobiliário

No segmento imobiliário, os planos de benefícios detêm aplicação em Fundos de Investimentos Imobiliários - FII, não exclusivo, e empreendimentos comerciais designado para uso próprio e obtenção de renda. Como forma de diversificação, as aplicações neste segmento podem ocorrer por meio de seleção de FII (exclusivo ou não-exclusivo), cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento imobiliário - FICFII, certificados de recebíveis imobiliários - CRI e cédula de crédito imobiliário - CCI.

Com relação aos imóveis tangíveis, a segregação será mantida de forma virtual, contemplando a participação proporcional nos empreendimentos pertencentes a cada plano de benefício.

A partir da publicação da Resolução CMN nº 4.994/2022, as EFPC estão vedadas a realizar novas aquisições de Imóveis e caso apresente esses tipos de ativos em carteira deverão alienar ou constituir um Fundo de Investimentos para consolidá-los em até 12 anos, a contar do prazo da daquela Resolução. Nesse sentido, a Ceres monitora e avalia as condições de mercado em busca de negociar os imóveis de seu interesse, bem como as condições de constituição de Fundos Imobiliários Exclusivos. Quanto a alocações futuras, o intuito é aplicar em ativos imobiliários que provêm de maior grau de liquidez, sendo por meio de fundos não-exclusivos.

#### 5.2.5 Operações com Participantes

No segmento de Operações com Participantes, ocorre uma segregação real entre os planos de benefícios administrados, pois demonstra os saldos individualizados referente aos empréstimos simples e financiamentos imobiliários, registrados em seus balanços. Atualmente, a Ceres oferta junto aos seus participantes somente a modalidade de empréstimos simples.

As taxas de juros, de administração e de seguro utilizadas na concessão de empréstimos junto aos participantes são analisadas periodicamente, de modo a compatibilizar os ditames previstos na legislação, bem como os interesses dos participantes, assistidos e pensionistas. Essas alocações são regidas por normas internas específicas. Os financiamentos imobiliários continuam suspensos.

#### 5.2.6 Exterior

As aplicações ocorrem por meio da aplicação em Fundo de Índice ou ETF, específicos para este segmento, que estão sujeitos ao risco cambial, ou seja, as oscilações de preços em reais ante outras moedas. Nesse caso, as cotas dos ETFs podem ser emprestadas no mercado de capitais, por meio do Banco de Títulos - BTC, contido na plataforma de negócios da B3, permitindo obter taxas juros pré-fixadas para um determinado período, agregando retorno para esta classe de ativos.

A alocação no exterior permite maior grau de diversificação no gerenciamento de portfólios, pois abrangem setores e companhias que não estão presentes no mercado doméstico e são descorrelacionados com os demais ativos de brasileiros.

Está prevista a ampliação do volume de recursos aplicados nessa estratégia, por meio de seleção de fundos (exclusivos ou não-exclusivos), no intuito de ampliar os níveis de diversificação dos portfólios, incluindo diferentes classe de ativos pertencentes aos outros mercados internacionais, mediante ao processo de seleção de gestores.

### 5.3 Operações com Derivativos

Operações com derivativos podem ser realizadas com a finalidade de promover proteção (*hedge*) em relação às posições detidas no mercado à vista de ativos integrantes das carteiras dos planos de benefícios, desde que obedecidas as condições e os limites estabelecidos pela legislação, em especial, a Resolução CMN Nº 4.994/2022 e suas atualizações, e pela Instrução Normativa interna da Fundação. Outros limites e diretrizes podem ser impostos em regulamentos e mandatos específicos de fundos exclusivos e/ou carteira própria dos planos.

### 5.4 Operações com os Patrocinadores

Independentemente do tipo de gestão, própria ou terceirizada, e do segmento de aplicação, não há a intenção de que os planos administrados pela Ceres realizem operações em ativos financeiros ligados aos respectivos patrocinadores, bem como fornecedores, clientes e demais empresas ligadas a esses patrocinadores.

### 5.5 Responsabilidade ambiental, social e governança

A responsabilidade ambiental (*Environmental, Social and Governance - ESG*) diz respeito às questões relacionadas às políticas de proteção e preservação do meio

ambiente e crescimento sustentável praticadas pelas companhias ou instituições financeiras.

A Ceres entende que os agentes de mercado buscam regularmente medidas de boas práticas sociais, bem como mecanismos de controle que minimizem os impactos ambientais decorrentes de suas atividades. Nesse aspecto, deve-se observar os princípios gerais que nortearão a análise e os investimentos durante a vigência desta Política: princípio da boa governança; combate as práticas discriminatórias; direitos humanos; conduta ética; erradicação do trabalho infantil; programa sustentável; e utilização de recursos naturais de forma consciente.

## 5.6 Macroalocação e Limites

O Ceres FlexCeres é um plano de benefício, de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável (CV), cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido. O referido plano pertence a patrocinadora CERES – Fundação de Seguridade Social.

Tabela 4 – Identificação do plano

<b>Nome</b>	Ceres FlexCeres
<b>CNPB</b>	20.070.008-65
<b>CNPJ</b>	48.307.355/0001-54
<b>Modalidade</b>	Contribuição Variável
<b>Índice de Referência</b>	INPC + 4,79%a.a.

Para a elaboração desta política foi realizado o estudo de macroalocação considerando o cenário econômico de médio e longo prazo, onde as alocações recomendadas consideram o seu perfil. Assim, a gestão dos investimentos busca seguir a alocação-objetiva, mas também considera intervalos de alocações, entre mínimo e máximo, que permite adotar estratégias específicas dados os comportamentos de preços dos ativos, sempre monitorando os níveis de riscos estabelecidos.

Tabela 5 – Alocação por segmento de investimentos

Segmento	Valor <sup>1</sup>	Alocação por Segmento				
		Atual <sup>1</sup>	Inferior	Objetivo	Superior	Legal <sup>2</sup>
Renda Fixa	14,11	72,70%	60,00%	63,75%	100,00%	100,00%
Renda Variável	2,95	15,20%	3,00%	8,00%	20,00%	70,00%
Estruturado	0,23	1,20%	5,00%	9,70%	15,00%	20,00%
Imobiliário	0,03	0,13%	0,00%	2,50%	10,00%	20,00%
Exterior	0,00	0,02%	2,00%	5,00%	10,00%	10,00%
Operações Participantes	2,09	10,75%	0,00%	11,05%	5,00%	15,00%
Patrimônio	19,41	100,00%	-	100,00%	-	-

<sup>1</sup> Posição: 31/08/2022.

<sup>2</sup> Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022.

Em consonância com a Resolução nº 4.994/2022, Art. 27, os limites de alocação por emissor estão apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 – Limite de Alocação por Emissor

Emissor	Limite de alocação	
	Política de Investimentos	Legal <sup>1</sup>
Tesouro Nacional	100,0%	100,0%
Instituição Financeira	20,0%	20,0%
Companhia aberta e demais emissores	10,0%	10,0%

<sup>1</sup>Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, Art. 27.

Nota: Limite de alocação por emissor equivalente ao limite regulamentar em virtude do comportamento de mercado, notadamente, em período eleitoral quando é observado um maior nível de volatilidade.

Quanto ao limite de concentração, o percentual máximo de exposição corresponde ao definido no Art. 28, da mesma Resolução. Desta forma, a Ceres monitora o limite de 25% do capital total e do capital votante de uma companhia aberta e do patrimônio líquido de instituição financeira bancária, não bancária, FIDC ou FICFIDC, Fundos de Investimentos, Fundos de Investimentos em cotas (pertencentes a diferentes segmentos de aplicação) e Fundo de Índice negociado em bolsa (ETF). O limite de 15% do patrimônio líquido em Fundo de Investimento constituído no exterior. Portanto, em caso de desenquadramento dos limites apresentados neste parágrafo, a Fundação tem até 60 dias para se enquadrar, a contar da data de integralização.

## 6. Apreçamento de ativos

### 6.1 Critérios de Registros e Avaliação Contábil dos Ativos

Os ativos são registrados pelos valores efetivamente pagos e classificados de acordo com as resoluções CNPC nº 29/2018 e suas atualizações, em Títulos para Negociação e Títulos Mantidos até o Vencimento.

#### 6.1.1 Títulos e Valores Mobiliários para negociação

São registrados em documentos contábeis os títulos e valores mobiliários adquiridos e classificados como “títulos para negociação”, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, em carteira própria ou fundos exclusivos pelo valor de mercado (marcação a mercado).

#### 6.1.2 Títulos Mantidos até o Vencimento

São registrados os títulos públicos federais mantidas nas carteiras dos fundos exclusivos e carteira própria dos planos de benefícios na modalidade de benefício definido e nas modalidades de benefícios de contribuição variável e de contribuição definida exclusivamente na fase de constituição e manutenção de benefícios, desde que esses benefícios utilizem hipóteses atuariais, quando o prazo entre a data de aquisição e de vencimento dos títulos for igual ou superior a cinco anos e desde que haja capacidade financeira e intenção em mantê-los na carteira até o vencimento. Estes ativos são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, sendo precificados de acordo com o Manual de Apreçamento do Custodiante. A alienação de títulos públicos federais classificados como “títulos mantidos até o vencimento” deverá atender aos critérios estabelecidos na Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 e suas atualizações.

## 6.2 Metodologia de Apreçamento dos Ativos

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras próprias e dos fundos de investimentos exclusivos seguem a metodologia de precificação do Manual de Apreçamento do Custodiante<sup>4</sup> ou administrador. O objetivo deste manual de precificação é descrever princípios, critérios e metodologias de marcação a mercado (MaM), adotando modelos matemáticos e as melhores práticas de mercado, o que permite contabilizar os ativos financeiros pelo valor justo.

Para os títulos e valores mobiliários que possuem divulgação diária de preços, o apreçamento utiliza as fontes de referência: ANBIMA, B3, CETIP, SELIC, CBLC, Bacen e CVM. Para aqueles que não possuem divulgação diária de preços, a forma de precificação está descrita no Manual de Apreçamento do Custodiante. Para os ativos imobiliários é realizado por meio de consultoria especializada, observando o disposto na legislação.

## 7. Rentabilidade

O objetivo de rentabilidade do plano é a inflação, com base no INPC, acrescida da taxa de juros de 4,79%a.a. Os parâmetros de retorno por modalidade de aplicação apresentados na Tabela 7 levam em consideração os fatores de riscos envolvidos em cada estratégia e serviram de base para o estudo de macroalocação.

---

4

[https://custodia.bradesco/bradescocustodia/static\\_files/portal/layout/temas/custodia/pdf/ManualMarcacaoMercado.pdf](https://custodia.bradesco/bradescocustodia/static_files/portal/layout/temas/custodia/pdf/ManualMarcacaoMercado.pdf)

Tabela 7 – Metas de rentabilidades

Segmento	Benchmark
Renda Fixa	INPC + 4,79%a.a.
Renda Variável	
Gestão Ativa	IBrX100 e IDIV
Gestão Passiva	Ibovespa
Estruturado	IHFA + 1,00%a.a.
Imóveis	IFIX
Exterior	MSCI World
Operações com Participantes	INPC + 4,79%a.a.
Plano	INPC + 4,79%a.a.

## 7.1 Rentabilidade Histórica

A rentabilidade auferida pelo plano é apresentada na Tabela 8 e corresponde aos últimos cinco exercícios contábeis encerrados entre 2017 até agosto de 2022. No acumulado do período, o retorno obtido do Plano foi 72,57%, com destaque para o segmento de operações com participantes que registrou alta de 124,76%, enquanto o segmento de investimentos no exterior atingiu o menor nível entre as aplicações, equivalente a 1,03%, no período acumulado. Cabe destacar que as aplicações no exterior ocorreram a partir de maio de 2021.

Portanto, ao longo desse período o plano tem se mostrado consistente, superando o objetivo de retorno, exceto 2020 e 2021 devido aos impactos da pandemia do Coronavírus em todos os mercados.

Tabela 8 - Rentabilidade histórica

Segmento	2017	2018	2019	2020	2021	Ago/22	Acumulado
Renda Fixa	12,31%	11,29%	14,16%	7,85%	3,84%	6,23%	69,75%
Renda Variável	23,36%	10,76%	28,54%	-2,98%	-13,16%	5,61%	56,27%
Estruturado	6,62%	13,58%	10,06%	10,62%	4,83%	10,58%	70,91%
Imóveis	0,00%	1,08%	-	9,94%	22,57%	-1,72%	20,17%
Exterior	-	-	-	-	21,77%	-17,03%	1,03%
Operações Participantes	10,68%	13,71%	13,24%	14,15%	17,12%	17,96%	124,76%
<b>Plano</b>	<b>13,21%</b>	<b>11,31%</b>	<b>15,36%</b>	<b>8,38%</b>	<b>1,75%</b>	<b>7,65%</b>	<b>72,57%</b>
<b>Índice de Referência</b>	<b>7,97%</b>	<b>9,41%</b>	<b>10,43%</b>	<b>10,50%</b>	<b>15,44%</b>	<b>7,97%</b>	<b>79,67%</b>
Retorno vs Índice de Referência	4,85%	1,74%	4,46%	-1,92%	-11,86%	-0,30%	-3,95%

## 7.2 Rentabilidade Projetada

Quanto à rentabilidade esperada, em termos nominais, considera o cenário macroeconômico atual, especificado por modalidade de aplicação, onde se espera o início de retomada de alguns setores da economia, porém, com aceleração da inflação ao consumidor no curto prazo e maior incerteza sobre a condução da política fiscal, que podem resultar em elevação dos prêmios de riscos para os ativos locais.



Tabela 9 – Rentabilidade projetada

<b>Segmento</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>
Renda Fixa	9,82%	8,54%	7,87%	8,19%	8,18%
Renda Variável	13,05%	11,89%	11,35%	12,32%	11,90%
Estruturado	11,41%	9,47%	8,79%	8,71%	8,81%
Imóveis	4,94%	3,50%	3,00%	3,00%	3,00%
Exterior	17,06%	15,54%	14,70%	14,02%	14,29%
Operações Participantes	9,60%	8,43%	7,68%	7,83%	7,90%
<b>Plano</b>	<b>10,63%</b>	<b>9,37%</b>	<b>8,70%</b>	<b>8,97%</b>	<b>8,94%</b>
<b>Índice de Referência</b>	<b>9,97%</b>	<b>8,46%</b>	<b>7,93%</b>	<b>7,93%</b>	<b>7,93%</b>
Retorno vs Índice de Referência	0,60%	0,84%	0,71%	0,96%	0,94%

## 8. Enquadramento

A Ceres realiza, mensalmente, os enquadramentos das carteiras de investimentos dos planos de benefícios, visando manter o controle dos recursos sob os limites e requisitos da Resolução CMN nº 4.994/2022, da Instrução CVM nº 555/14, aplicado para os fundos de investimentos, além dos limites estabelecidos nesta Política de Investimento.

Em caso de ocorrência de desenquadramento, serão avaliados os fatos ocorridos, de forma específica, caso a caso, de modo a identificar a infração e as razões pelas quais foram cometidas pelo agente ou pelas características do processo. Nos casos de desenquadramento passivo, as ocorrências não são consideradas como infração aos limites da legislação vigente (para fins de aplicação de sanções), devendo ser reenquadrados nos termos do Art. 35, da Resolução CMN nº 4.994/2022.



## Anexo I - Alocação por classe de ativos: Ceres FlexCeres

Segmento	Valor (R\$ mil) <sup>1</sup>	Atual <sup>1</sup>	Limites sobre RG <sup>2</sup>			
			Inferior	Objetivo	Superior	Legal <sup>3</sup>
<b>Renda Fixa</b>	<b>14.061,89</b>	<b>72,45%</b>	<b>60,00%</b>	<b>63,75%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>I. Títulos Públicos:</b>	<b>12.572,57</b>	<b>64,78%</b>	<b>60,00%</b>	-	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
Títulos da dívida pública mobiliária federal interna	12.572,57	64,78%	0,00%	-	100,00%	-
Cotas de fundos de investimento de índice RF títulos públicos	0,00	0,00%	0,00%	-	100,00%	-
<b>II. Instituições Financeiras, Companhias de capital aberto e Securitizadoras:</b>	<b>1.318,13</b>	<b>6,79%</b>	<b>0,00%</b>	-	<b>80,00%</b>	<b>80,00%</b>
Instituições Financeiras autorizadas pelo Bacen:	839,36	4,32%	0,00%	-	80,00%	-
CDBs, RDBs, LFs, LHs, LCIs e LCAs	0,77	0,00%	0,00%	-	80,00%	-
DPGEs	0,32	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
LF	838,28	4,32%	0,00%	-	80,00%	-
Ativos financeiros de Sociedade por Ações de capital aberto e Securitizadoras:	478,77	2,47%	0,00%	-	80,00%	-
LHs, LCIs e LCAs	0,00	0,00%	0,00%	-	80,00%	-
Debêntures	477,98	2,46%	0,00%	-	80,00%	-
NCEs e CCEs	0,00	0,00%	0,00%	-	80,00%	-
Notas Promissórias	0,79	0,00%	0,00%	-	80,00%	-
Cotas de fundos de investimento de índice RF	0,00	0,00%	0,00%	-	80,00%	-
<b>III. Outras classes de ativos de renda fixa:</b>	<b>171,19</b>	<b>0,88%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>20,00%</b>
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais	0,00	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País	0,00	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Ativos financeiros de RF de inst. financeiras não bancárias e cooperativas de crédito	0,00	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
LHs, LCIs e LCAs	0,00	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Notas Promissórias	0,00	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Debêntures - Lei 12.431	0,00	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Cotas de classe de FI e cotas de FIC em direitos creditórios - FIDC e FICFIDC, CCB e CCCB	0,00	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Cotas de classe de fundos e cotas de FICs em direitos creditórios - FIDCs e FICFIDC	171,19	0,88%	0,00%	-	20,00%	-
CCBs e CCCBs	0,00	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
CPRs, CRAs, CDCAs e WAs	0,00	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Demais ativos <sup>4</sup>	0,00	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
<b>Renda Variável</b>	<b>2.950,85</b>	<b>15,20%</b>	<b>3,00%</b>	<b>8,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>70,00%</b>
Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento especial	1.279,30	6,59%	0,00%	-	25,00%	70,00%
Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento não especial	1.671,54	8,61%	0,00%	-	25,00%	50,00%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível II e III	0,00	0,00%	0,00%	-	10,00%	10,00%
Ouro físico	0,00	0,00%	0,00%	-	3,00%	3,00%
Opções	0,00	0,00%	0,00%	-	-	-
<b>Estruturado</b>	<b>233,31</b>	<b>1,20%</b>	<b>5,00%</b>	<b>9,70%</b>	<b>15,00%</b>	<b>20,00%</b>
Cotas de fundos de investimento em participações - FIP e FMIEE	18,26	0,09%	0,00%	-	5,00%	15,00%
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como multimercado - FIM e FICFIM	215,05	1,11%	0,00%	-	8,00%	15,00%
Cotas de fundos de investimento classificados como Ações - Mercado de Acesso	0,00	0,00%	0,00%	-	10,00%	15,00%
Certificado de Operações Estruturadas - COE	0,00	0,00%	0,00%	-	10,00%	10,00%
<b>Imobiliário</b>	<b>25,48</b>	<b>0,13%</b>	<b>0,00%</b>	<b>2,50%</b>	<b>10,00%</b>	<b>20,00%</b>
Cotas de fundos e cotas de FICs de investimento imobiliário - FII e FICFII	1,48	0,01%	0,00%	-	5,00%	-
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	24,00	0,12%	0,00%	-	5,00%	-
Cêdulas de crédito imobiliário - CCI	0,00	0,00%	0,00%	-	5,00%	-
Imóveis <sup>5</sup>	0,00	0,00%	0,00%	-	5,00%	-
<b>Exterior</b>	<b>3,47</b>	<b>0,02%</b>	<b>2,00%</b>	<b>5,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa"	0,00	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Cotas de fundos de índice do exterior	0,00	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" (mín. 67%) <sup>6</sup>	0,00	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior"	0,00	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível I	0,00	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Cotas dos fundos da classe "Ações - BDR Nível 1"	3,47	0,02%	0,00%	-	10,00%	-
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos locais	0,00	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Ativos transitórios Exterior	0,00	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
<b>Operações com Participantes</b>	<b>2.085,77</b>	<b>10,75%</b>	<b>0,00%</b>	<b>11,05%</b>	<b>15,00%</b>	<b>15,00%</b>
Empréstimo Simples	2.085,77	10,75%	0,00%	-	5,00%	-
Financiamento <sup>7</sup>	0,00	0,00%	0,00%	-	-	-
<b>Outros ativos</b>	<b>47,51</b>	<b>0,24%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>5,00%</b>	<b>15,00%</b>
Derivativos	-0,53	0,00%	0,00%	-	5,00%	-
Contas a Pagar e Receber	48,05	0,25%	0,00%	-	-	-
<b>Patrimônio Total</b>	<b>19.408,28</b>	<b>100,00%</b>		<b>100,00%</b>		

<sup>1</sup> Posição: 31/08/2022

<sup>2</sup> RG: Recursos Garantidores do plano.

<sup>3</sup> Limite regulamentar CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022.

<sup>4</sup> Demais ativos: representa os ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedades por ações de capital fechado e sociedades limitadas somente poderão ser adquiridos com coobrigação de instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen, conforme previsto na CMN nº 4.994/2022.

<sup>5</sup> A Fundação pode manter investimentos em imóveis em até doze anos, a contar de 29/05/2018.

<sup>6</sup> Exposição de, no mínimo, 67% do seu PL em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior.

<sup>7</sup> Carteira fechada para novas concessões.

## **Anexo II – Manual de Riscos de Investimentos**

# **MANUAL DE RISCOS**

## **INVESTIMENTOS**

**CERES – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA**

---

## Sumário

1. Introdução	3
2. Princípios	3
3. Diretrizes	3
4. Objetivo do Manual de Riscos dos Investimentos	3
5. Exposição e Tipos de Riscos	4
6. Avaliação e Monitoramento dos Riscos	4
7. Metodologias Adotadas	4
7.1 Risco de Mercado	4
7.1.1 Teste de Estresse	5
7.1.2 Descasamento do Ativo com o Passivo Atuarial - Solvência	6
7.1.3 Monitoramento dos riscos de investimentos	6
7.2 Risco de Crédito	6
7.2.1 Instituições Financeiras	7
7.2.2 Títulos e Valores Mobiliários Emitidos Por PJ Não-Financeiras	7
7.2.3 Modelo Próprio de classificação de Risco de Crédito Corporativo	8
7.2.4 Monitoramento dos riscos de investimentos	11
7.2.5 Provisão para perda associada ao risco de crédito	12
7.2.5.1 Segmento de Empréstimos	13
7.2.5.2 Metodologia para Constituição de Provisão para Perdas	13
7.2.5.3 Verificação dos Ativos em Atraso	13
7.2.5.4 Classificação de Crédito	13
7.2.5.4.1 Metodologia Simplificada	13
7.2.5.4.2 Metodologia Não Simplificada	14
7.2.5.4.3 Metodologia Não Simplificada - Critérios	14
7.2.5.5 Classificação de Crédito	15
7.3 Risco Operacional	15
7.4 Risco Legal	16
7.4.1 Enquadramento	16
7.4.2 Pré - Enquadramento	17
7.5 Risco de Liquidez	17
7.6 Riscos Sistêmicos	17
8. Melhores Práticas de ASG nos Investimentos	18
9. Responsabilidades da Gestão de Riscos	18
9.1 Conselho Deliberativo	18
9.2 Conselho Fiscal	18
9.3 Diretoria Executiva	18
9.4 Secretaria dos Órgãos Colegiados	19
9.5 Comitê de Investimentos	19
9.6 Administrador Responsável pela Gestão de Riscos	19
9.7 Grupo de Análise Preliminar de Investimentos - GAPI	19
9.8 Gerência de Controles Internos e Gestão de Riscos	19
9.9 Gerência de Investimentos	20
9.10 Gerência Jurídica	20
10. Monitoramento	20
11. Considerações Finais	20

## 1. Introdução

A adoção da Supervisão Baseada em Risco (SBR), no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, recomenda na Instrução CGPC Nº 02/2009, a supervisão de forma direta e indireta no regime de previdência complementar, quanto a sua exposição a riscos.

De acordo com o Guia Previc de Melhores Práticas de Governança para EFPC, as entidades devem constantemente monitorar os ambientes regulatório, econômico, financeiro e social, e, ao identificar eventuais tendências de desvio, corrigir imediatamente a trajetória, utilizando, dentre outras, a “Formulação da política de gestão de riscos, alinhada à política de investimentos, definição de procedimentos internos, monitoramento e controles, registrados em códigos, regimentos e manuais”. Já no Guia Previc de Melhores Práticas de Investimentos cita a observância aos princípios de governança, com controles internos e gestão de risco eficaz.

Nesse contexto, este manual de riscos dos investimentos figura-se como o instrumento que define as diretrizes gerais da Ceres, relacionadas à gestão de riscos dos investimentos, e ao disposto na Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, que versa sobre as regras de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas EFPC.

A Resolução indica que a EFPC deve identificar, analisar, avaliar, controlar e monitorar os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros inerentes a cada operação. Nesse sentido, esse manual tem como principal objetivo demonstrar como a Ceres faz para mitigar os riscos inerentes ao processo de pré- investimento, investimento e pós-investimento.

## 2. Princípios

A Ceres - Fundação de Previdência, reconhece que a gestão de riscos é parte integrante de todos os seus processos organizacionais. Além disso, a Fundação observa os princípios de governança, os controles internos e a gestão de riscos exercendo suas atividades com boa-fé, lealdade e diligência; zelando por padrões éticos e adotando práticas que garantem o cumprimento do dever fiduciário em relação aos participantes dos planos de benefícios.

## 3. Diretrizes

As metodologias de mensuração dos riscos dos investimentos aqui descritas, devem ser abordadas e formalizadas pela Ceres nos procedimentos internos, além disso, poderão ser abordadas outras metodologias não indicadas aqui, que deverão constar na Política de Investimentos de cada plano de benefício administrado pela Fundação ou outros normativos da Ceres.

No processo de gestão de riscos dos investimentos, é imprescindível que a Fundação defina as áreas responsáveis para identificar, mensurar, avaliar e monitorar os riscos dos investimentos.

O responsável legal pelos riscos de investimentos da Fundação, de acordo com a Instrução Previc nº 6, de 14 de novembro de 2018, é o Administrador Responsável pela Gestão de Riscos. Sua principal responsabilidade é realizar a gestão dos riscos de investimentos da EFPC de forma independente e sem qualquer subordinação hierárquica com o AETQ. O Administrador Responsável pela Gestão de Risco, para o desempenho de suas funções, terá como apoio e auxílio a Gerência de Controles Internos e Gestão de Riscos (Gecor), que deverá desempenhar o trabalho técnico de análise e avaliação dos riscos de investimentos.

## 4. Objetivo do Manual de Riscos dos Investimentos

Este Manual de Riscos dos Investimentos tem por objetivo estabelecer os processos que norteiam a Ceres na gestão de riscos de investimentos, notadamente os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, legal, de concentração, de terceirização operacional, sistêmico entre outros inerentes a cada classe de ativos.

O objetivo principal deste manual é descrever, a avaliação, o gerenciamento, o monitoramento, e os indicadores dos riscos inerentes a cada uma das carteiras dos planos de benefícios em linha com as melhores práticas de governança e de risco para o mercado de Previdência Complementar, assim como do mercado de títulos e valores mobiliários.

## 5. Exposição e Tipos de Riscos

Diante da complexidade e variedade de ativos ofertados no mercado financeiro e de capitais, a carteira de investimentos da Ceres assume diversos tipos de riscos de diferentes naturezas, inclusive aqueles inerentes ao segmento da previdência complementar no Brasil. Os níveis de risco por plano de benefícios serão definidos, para cada segmento de alocação, na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Dentre os principais tipos de riscos em que a Fundação está exposta, destaca-se o Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco Operacional, Risco de Liquidez, Risco de Concentração, Risco Legal, Risco ambiental, Risco Social, Risco de Governança, Riscos Sistêmicos e os Riscos inerentes ao negócio.

## 6. Avaliação e Monitoramento dos Riscos

O processo de monitoramento e avaliação dos riscos de investimentos que a Ceres adota é contínuo e com acompanhamento e avaliação do portfólio de cada plano periodicamente. Para realizar esta parte do processo é necessário efetuar diversos controles, conforme os normativos internos e as metodologias adotadas pela Ceres descritas no próximo capítulo. O quadro a seguir demonstra os agentes envolvidos na avaliação e monitoramento dos riscos:

FLUXO	IDENTIFICAR e ANALISAR	AVALIAR	MONITORAR
Pré-Investimento	Geinv, Gecor, Gejur	AR, GAPI e CI	Gemoi
Investimento	Geinv, Gecor	CR, GAPI e CI	Gemoi e DIREX
Pós-Investimento	Gecor	CR, GAPI e CI	Gemoi e DIREX

Adicionalmente a Gecor elabora a Matriz de Riscos do Investimentos da Ceres com periodicidade anual que tem como objeto principal o diagnóstico de todos os ativos da carteira de investimentos. Nesse sentido, a Matriz permite avaliar e monitorar o impacto da relação risco x retorno na carteira total dos investimentos da Ceres.

## 7. Metodologias Adotadas

Para a devida gestão, avaliação, monitoramento e controle dos riscos dos investimentos, a Ceres adota os seguintes procedimentos e metodologias:

### 7.1 Risco de Mercado

O acompanhamento e o gerenciamento do risco de mercado são feitos com o uso de um modelo estatístico que possibilita a mensuração da probabilidade de perda financeira máxima tolerada. De acordo com as características das carteiras de investimentos, são definidos os parâmetros e as métricas utilizados.

A metodologia utilizada para mensuração do risco de mercado dos segmentos de alocação é o VaR Não Paramétrico, essa ferramenta resume em único valor a perda máxima esperada de uma carteira de investimentos, para um determinado horizonte de tempo, com base de cálculo mínima de 252

dias, janela móvel dos retornos de 21 dias e nível de confiança de 95%.

Tabela de Parâmetro do Modelo de Risco de Mercado (VaR)

MANDATO	DESCRIÇÃO	BENCHMARK	LIMITE
Renda Fixa Tradicional	Rentabilidade atrelada ao CDI/SELIC, ativos de maior liquidez.	CDI	1,00%
Renda Fixa Inflação	Ativos atrelados à inflação, normalmente com maior prazo de vencimento.	IMA-B	5,00%
Renda Fixa Crédito	Títulos privados que buscam prêmio em relação às taxas praticadas no mercado.	CDI + 1,00% a.a.	4,50%
Renda Variável Passiva	Acompanhar os índices de referência do mercado de ações.	IBOVESPA	5,00%
Renda Variável Ativa	Menor correlação com os índices do mercado de ações.	IBRX - 100	20,00%
Multimercados Institucionais	Fundos multimercados que obedecem às vedações estabelecidas às EFPCs.	110% CDI	3,50%
Multimercado Estruturados	Fundos multimercados que não obedecem, necessariamente, a todos os pontos da legislação aplicável às EFPCs.	CDI + 2,00% a.a.	6,00%
Investimento Imobiliário	Títulos e Valores Mobiliários Classificados no Segmento Imobiliário pela Resolução CMN 4.994		9,00%
Operações com participantes	-	-	-
Exterior	Renda Variável Global e Desenvolvidos	MSCI WORLD	13,00%

Fonte: Elaborado pela Ceres

Nos momentos de alta volatilidade em que o VaR extrapolar o limite, compete ao AETQ a justificativa e os motivos do aumento de limite, bem como ao Administrador Responsável pela Gestão de Risco avaliar a eventual necessidade de enquadramento.

No gerenciamento do risco de mercado são utilizadas também outras técnicas de monitoramento, tais como:

### 7.1.1 Teste de Estresse

A avaliação dos investimentos em análises de stress passa pela definição de cenários que consideram mudanças bruscas em variáveis importantes para o apreamento dos ativos, como taxas de juros e preços de determinados ativos.

Embora as projeções considerem as variações históricas dos indicadores, os cenários de stress não precisam apresentar relação com o passado, uma vez que buscam simular futuras variações adversas.

Para o monitoramento do valor de stress da carteira, serão utilizados os seguintes parâmetros:

- Cenário: B3 e Ceres
- Periodicidade: Quinzenal e Mensal

O modelo adotado para as análises de stress é realizado por meio do cálculo do valor a mercado da carteira, considerando o cenário atípico de mercado e a estimativa de perda que ele pode gerar.

Cabe registrar que essas análises não são parametrizadas por limites, uma vez que a metodologia considerada pode apresentar variações que não implicam, necessariamente, em possibilidade de perda. O acompanhamento terá como finalidade avaliar o comportamento da carteira em cenários adversos para que os órgãos colegiados da Ceres possam, dessa forma, avaliar melhor as exposições ao risco de mercado.

### 7.1.2 Descasamento do Ativo com o Passivo Atuarial - Solvência

É o risco de se quantificar e alocar os ativos de forma inadequada, em desacordo com o passivo atuarial dos planos de benefícios. Os fluxos do ativo em relação ao passivo são avaliados pela Gerência de Investimentos (Geinv) por meio de estudos de Asset Liability Management (ALM) que, atualmente, é realizado através de sistema contratado. Estrategicamente, busca-se a aproximação do fluxo de caixa do ativo com a do passivo previdenciário, bem como a aproximação das taxas médias de retorno dos ativos em relação à meta atuarial dos planos. Os indicadores de monitoramento mensal são os seguintes:

Tabela de Parâmetro do Modelo de Risco de Descasamento

INDICADOR	FÓRMULA	LIMITE
Solvência	$\frac{\text{Patrimônio de Cobertura}}{\text{Provisões Matemática}}$	$\geq 1$
Duration	$\frac{\text{Duration do Ativo}}{\text{Duration do Passivo dos Planos}}$	$\geq 1$
Taxa de Equilíbrio	$\frac{\text{Taxa média de juros da carteira de NTN-B}}{\text{Meta Atuarial}}$	$\geq 1$

### 7.1.3 Monitoramento dos riscos de investimentos

Além de considerar o papel da diversificação, para gerenciar o risco de mercado, a Gecor monitora:

- (a) Os limites de alocação e concentração, e a utilização de métodos estatísticos que limitem a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos em renda variável;
- (b) O acompanhamento e a avaliação periódica do desempenho dos gestores, assim como todo o processo de seleção, que é realizado sob demanda, para novos fundos, conforme instrução normativa específica.

## 7.2 Risco de Crédito

O risco de crédito é gerenciado com o objetivo de mitigar a probabilidade de não cumprimento das obrigações de contraparte do emissor. São monitorados com base nas posições mantidas em crédito privado, com a avaliação dos níveis de concentração, a partir dos dados das Demonstrações Financeiras dos emissores ou devedores. A análise do risco de crédito é realizada nas operações com pessoas jurídicas financeiras, não-financeiras e participantes e assistidos, estes últimos relacionados aos empréstimos simples.

Para as operações com pessoas jurídicas financeiras, aplicações em títulos e valores mobiliários emitidos por Instituições Financeiras autorizadas a atuar no Brasil pelo BACEN, a Fundação utiliza a Instrução Normativa específica, baseada nos critérios do relatório de Classificação de Risco Bancário (RISKbank) da consultoria Eleven.



### **7.2.1 Instituições Financeiras**

Os critérios para atribuição de limites para aplicação em Títulos e Valores Mobiliários de Renda Fixa de emissão ou coobrigação de Instituições Financeiras são definidos, tendo como base a legislação vigente e as diretrizes das Políticas de Investimento dos recursos garantidores dos planos de benefícios administrados pela Ceres, pela Instrução Normativa DIGI 009.

O processo de atribuição de limites operacionais para Títulos e Valores Mobiliários de Renda Fixa de emissão ou coobrigação de Instituições Financeiras é realizado trimestralmente, sendo o estudo de que trata a Instrução Normativa DIGI 009 realizado pela Gecor, utilizando como parâmetro a Metodologia RISKbank da consultoria Eleven, e os limites e prazos de aplicação fixados pelo Administrador Responsável pela Gestão de Riscos. Os limites operacionais são atualizados mensalmente com base na posição da carteira de Renda Fixa de cada um dos planos de benefícios administrados pela Ceres, sendo ela gerida por meio de fundo de investimento exclusivo ou carteira própria.

A Metodologia RISKbank visa avaliar os principais riscos que podem deteriorar os fundamentos financeiros dos bancos, entre eles: risco de crédito, liquidez, legislação, operações, mercado e imagem. Para isso, utiliza uma associação de técnicas de análise de balanço, setorial e estatística com o conhecimento do funcionamento e das características operacionais das instituições financeiras. Isto resulta em fatores Quantitativos relacionados à performance recente de cada instituição, acrescidos de fatores Qualitativos capazes de expressar possíveis problemas nas áreas mais sensíveis e com maior impacto na saúde dos bancos.

São utilizados os seguintes critérios de análise: i) Índice RISKbank, indicador quantitativo resultante de critérios e premissas de análise amplamente aceitas e consideradas eficientes para a mensuração do risco em instituições financeiras; ii) Porte da Instituição Financeira; representado pelo seu Ativo Total Ajustado; iii) Classificação de Risco, onde são consideradas as instituições classificadas como de baixo risco para médio prazo ou baixo risco para longo prazo de acordo com a escala de classificação de risco bancário da Metodologia RISKbank; e iv) Disclosure, caracterizado pela qualidade das informações disponibilizadas pelas instituições.

Além dos limites operacionais atribuídos com base na Instrução Normativa DIGI 009, são realizadas atividades de avaliação e monitoramento do Risco de Crédito das aplicações em Títulos e Valores Mobiliários de Renda Fixa de emissão ou coobrigação de Instituições Financeiras Instituições Financeiras.

### **7.2.2 Títulos e Valores Mobiliários Emitidos Por PJ Não-Financeiras**

Para a classificação do risco de crédito de emissões de títulos e valores mobiliários emitidos por pessoas jurídicas não-financeiras, as decisões são baseadas em ratings estabelecidos pelas agências classificadoras de risco autorizadas a funcionar no país, como Moody's, Standard & Poor's e Fitch Rating.

Para a devida análise, pela Fundação, serão considerados os ratings de baixo risco de crédito, e atribuídos pelas agências classificadoras de risco, apresentados na tabela abaixo. Se duas ou mais agências classificarem o mesmo ativo, serão adotadas para fins de classificação de risco de crédito a classificação mais conservadora.

Tabela de Ratings do risco de crédito

AGÊNCIAS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	Ratings Considerados de Baixo Risco de Crédito Não-Bancário e Bancário pela Ceres
<b>MOODY'S INVESTORS</b>	Notas de longo prazo, escala global: Aaa, Aa1, Aa2, Aa3, A1, A2, A3 Notas de longo prazo, escala nacional: Aaa.br, Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br, A1.br, A2.br, A3.br Notas de curto prazo, escala nacional: BR-1, BR-2, BR-3
<b>FITCH RATINGS</b>	Notas de longo prazo, escala global: AAA, AA+, AA, AA-, A+, A, A- Notas de longo prazo, escala nacional: AAA(bra), AA+(bra), AA(bra), AA-(bra), A+(bra), A(bra), A-(bra) Notas de curto prazo, escala nacional: F1(bra), F2(bra), F3(bra)
<b>STANDARD &amp; POOR'S</b>	Notas de longo prazo, escala nacional: brAAA, brAA+, brAA, brAA-, brA+, brA, brA- Notas de curto prazo: brA-1, brA-2, brA-3

Fonte: Retirado das Agências de Classificação de Rating e adaptado pela Ceres

Para a avaliação e acompanhamento do risco de crédito, além das metodologias utilizadas acima, a Ceres adota modelo próprio de análise de risco de crédito. O modelo próprio de análise de risco de crédito desenvolvido pela Fundação, aborda os principais indicadores já utilizados nos modelos das agências de classificação de riscos, mas com um maior conservadorismo. Além disso, a Ceres aborda métricas do setor em que a Fundação está inserida, de forma a manter-se sempre alinhada.

### 7.2.3 Modelo Próprio de classificação de Risco de Crédito Corporativo

O modelo próprio de classificação de risco de crédito da Fundação foi criado para atender a análise de risco de crédito corporativo, apresentando o seguinte modelo descrito abaixo:

A obtenção de crédito por qualquer pessoa, seja ela física ou jurídica, tem por objetivo atender às necessidades de caixa de curto ou de longo prazo. A busca por crédito realizado por parte das companhias juntamente aos investidores institucionais (no caso específico, das EFPC), passa por avaliação de crédito específica em relação à capacidade de cumprimento das obrigações da contraparte emissora do crédito. Nesse sentido, o crédito é concedido mediante critérios que avaliam diversos fatores qualitativos e quantitativos.

O objetivo da descrição dos critérios é dar orientação para a análise das condições de pagamento por parte das empresas de seus compromissos perante os credores de forma a elencar as principais características de risco, tanto qualitativas quanto quantitativas. Devido aos critérios de risco de crédito observados pela Gecor, foi criado o sistema de pontuação de crédito privado corporativo com os seis principais fatores: Escala, Perfil de Negócio, Rentabilidade, Alavancagem e Cobertura, Política Financeira. Os pesos de cada um dos fatores e subfatores são classificados da seguinte forma:

Projeto Hipotético				
Fatores Gerais de Rating	Subfator de Rating	Ponderação do Subproduto	Rating	Pontuação por Rating
Escala	Lucro Líquido/ ROL	5%	A1	1
	Reserva de Lucro/ Lucro Líquido	5%	A1	1
Perfil do Negócio	Perfil do Negócio	10%	A3	6
Rentabilidade	Margem EBITDA	10%	A2	3
	ROA=EBIT/ Média dos Ativos	5%	A1	1
Regulação	Restrições nos órgãos Competentes	10%	A2	3
Alavancagem e Cobertura	Dívida/ EBITDA	20%	A1	1
	EBITDA/ Despesas com Juros	20%	B1	9
	Fluxo de Caixa Retido/ Dívida	5%	B1	9
Política Financeira	Política Financeira	10%	A2	3
<b>TOTAL</b>		<b>100%</b>	<b>A2.3</b>	<b>4,10</b>

Rating	Valor Numérico de Rating
A1	1
A2	3
A3	6
B1	9
B2	12
B3	15
C1	18
C2	20

Para cada um dos critérios de avaliação dos riscos foram criadas as escalas de nota, respeitando os critérios de Valor Numérico de Rating e cada nível de notas (Rating) da seguinte forma:

Escala				Alavancagem e Cobertura			
Lucro Líquido/ ROL		Reserva de Lucro/ Lucro Líquido		Dívida/ EBITDA		EBITDA/ Despesas com Juros	
Rating	Variação	Rating	Variação	Rating	Variação	Rating	Variação
A1	$\geq 35\%$	A1	$\geq 40\%$	A1	$< 0,5X$	A1	$\geq 40X$
A2	$\geq 30\%$ e $< 35\%$	A2	$\geq 35\%$ e $< 40\%$	A2	$\geq 0,5X$ e $< 1,25X$	A2	$\geq 25X$ e $< 40X$
A3	$\geq 25\%$ e $< 30\%$	A3	$\geq 30\%$ e $< 35\%$	A3	$\geq 1,25X$ e $< 2X$	A3	$\geq 15X$ e $< 25X$
B1	$\geq 20\%$ e $< 25\%$	B1	$\geq 25\%$ e $< 30\%$	B1	$\geq 2X$ e $< 3X$	B1	$\geq 8X$ e $< 15X$
B2	$\geq 15\%$ e $< 20\%$	B2	$\geq 20\%$ e $< 25\%$	B2	$\geq 3X$ e $< 4X$	B2	$\geq 2X$ e $< 8X$
B3	$\geq 25\%$ e $< 30\%$	B3	$\geq 15\%$ e $< 20\%$	B3	$\geq 4X$ e $< 6X$	B3	$\geq 1X$ e $< 2X$
C1	$\geq 20\%$ e $< 25\%$	C1	$\geq 10\%$ e $< 15\%$	C1	$\geq 6X$ e $< 8X$	C1	$\geq 0,5X$ e $< 1X$
C2	$\geq 15\%$ e $< 20\%$	C2	$\geq 5\%$ e $< 10\%$	C2	$\geq 8X$	C2	$< 0,5X$

Rentabilidade				Alavancagem e Cobertura	
Margem EBITDA		ROA=EBIT/ Média dos Ativos		Fluxo de Caixa Retido/ Dívida	
Rating	Variação	Rating	Variação	Rating	Variação
A1	$\geq 60\%$	A1	$\geq 60\%$	A1	$\geq 95\%$
A2	$\geq 40\%$ e $< 60\%$	A2	$\geq 50\%$ e $< 60\%$	A2	$\geq 60\%$ e $< 95\%$
A3	$\geq 25\%$ e $< 40\%$	A3	$\geq 40\%$ e $< 50\%$	A3	$\geq 30\%$ e $< 60\%$
B1	$\geq 15\%$ e $< 25\%$	B1	$\geq 30\%$ e $< 40\%$	B1	$\geq 20\%$ e $< 30\%$
B2	$\geq 9\%$ e $< 15\%$	B2	$\geq 15\%$ e $< 30\%$	B2	$\geq 10\%$ e $< 20\%$
B3	$\geq 4\%$ e $< 9\%$	B3	$\geq 5\%$ e $< 15\%$	B3	$\geq 5\%$ e $< 10\%$
C1	$\geq 1\%$ e $< 4\%$	C1	$\geq 2,5\%$ e $< 5\%$	C1	$\geq 1\%$ e $< 5\%$
C2	$\leq 1\%$	C2	$\leq 2,5\%$	C2	$< 1\%$

Perfil do Negócio	
Rating	Variação
A1	Expectativa de geração de fluxo de caixa altamente estável
A2	Expectativa de geração de fluxo de caixa muito estável
A3	Expectativa de geração de fluxo de caixa estável
B1	Expectativa de geração de fluxo de caixa com volatilidade moderada
B2	Expectativa de geração de fluxo de caixa cíclica
B3	Expectativa de geração de fluxo de caixa altamente cíclica
C1	Expectativa de geração de fluxo de caixa altamente volátil
C2	Expectativa de geração de fluxo de caixa altamente volátil com poucas linhas de negócio

Regulação	
Rating	Variação
A1	Nenhuma pendência junto ao Regulador
A2	Risco de Pendência junto ao Regulador
A3	Pendência em vias de solução de curto prazo e baixo grau de impacto no EBITDA
B1	Pendência em vias de solução de curto/médio prazo e baixo grau de impacto no EBITDA
B2	Pendência em vias de solução de curto/médio prazo e grau médio de impacto no EBITDA
B3	Pendência em vias de solução de médio prazo e alto grau de impacto no EBITDA
C1	Pendência em vias de solução de longo prazo e alto grau de impacto no EBITDA
C2	Grande impacto no EBITDA

  

Política Financeira	
Rating	Variação
A1	Deve ter política financeira estável, extremamente conservadora, indicadores financeiros muito estáveis, com compromisso público e ótimo perfil de crédito de longo prazo
A2	Deve ter política financeira muito estável e conservadora, indicadores estáveis, risco mínimo de eventos que possam vir a causar uma transição de rating, compromisso público e ótimo perfil de crédito no longo prazo
A3	Deve ter política financeira previsível que proteja os interesses do credor. Embora existam baixos riscos de evento, o efeito sobre a alavancagem tende a ser pequeno, com forte compromisso público e perfil de crédito sólido
B1	Deve ter política financeira previsível que equilibre os interesses do creor com o dos acionistas; algum risco derivado de aquisições financiadas por dívidas ou ou distribuição aos acionistas possam levar a um perfil de crédito mais baixo
B2	Deve ter política financeira que tenda em favor do acionista em detrimento do credor; risco financeiro acima da média como resultado de distribuição ao acionista; aquisição ou outras mudanças significativas na estrutura do capital
B3	Deve ter política financeira que tende a favorecer o acionista em detrimento do credor; alto risco financeiro como resultado da distribuição de dividendos aos acionistas; aquisição ou outras mudanças significativas na estrutura de capital
C1	Política financeira que gera um risco elevado de reestruturação da dívida em diversos ambientes econômicos
C2	Política financeira que gera risco elevado de reestruturação da dívida até mesmo em ambientes econômicos estáveis

Terminada a avaliação de todos os critérios, é dada a classificação da nota de crédito da companhia analisada, de acordo com a tabela “Projeto Hipotético” e com as notas de classificação da tabela abaixo:

ESCALA BRASIL	
Mapeamento das Pontuações Totais dos Fatores	
Rating	Pontuação Acumulada do Fator Total Ponderado
A1	$x < 1,5$
A2.1	$1,5 \leq x < 2,5$
A2.2	$2,5 \leq x < 3,5$
A2.3	$3,5 \leq x < 4,5$
A3.1	$4,5 \leq x < 5,5$
A3.2	$5,5 \leq x < 6,5$
A3.3	$6,5 \leq x < 7,5$
B1.1	$7,5 \leq x < 8,5$
B1.2	$8,5 \leq x < 9,5$
B1.3	$9,5 \leq x < 10,5$
B2.1	$10,5 \leq x < 11,5$
B2.2	$11,5 \leq x < 12,5$
B2.3	$12,5 \leq x < 13,5$
B3.1	$13,5 \leq x < 14,5$
B3.2	$14,5 \leq x < 15,5$
B3.3	$15,5 \leq x < 16,5$
C1.1	$16,5 \leq x < 17,5$
C2.2	$17,5 \leq x < 18,5$
C3.3	$18,5 \leq x < 19,5$
C2	$x \geq 19,5$

O modelo próprio de risco de crédito corporativo considera a classificação mínima para investimento B1.1. Não é permitido investir em ativos com grau especulativo, ou seja a partir de B1.2.

#### 7.2.4 Monitoramento dos riscos de investimentos

Além de utilizar as metodologias de mitigação de Risco de Crédito descritas acima, o processo de análise para aquisição dos ativos, onde se avalia a relação entre o risco e o retorno, se mantém com monitoramento após aquisição dos ativos. O gerenciamento deste risco considera, portanto:

(a) Definição de parâmetros e limites de concessão de crédito

A Gecor observa as restrições e os limites previstos na Resolução CMN nº 4.994/2022, no entanto, a Fundação adota limites e parâmetros mais conservadores para concessão de crédito.

Além dos limites e restrições, outros parâmetros e pré-requisitos adicionais também são considerados na análise do risco de crédito das instituições financeiras, não financeiras, FIDCs entre outros.

(b) Processo rigoroso de análise de risco de crédito e aprovação para minimizar a inadimplência.

Além dos parâmetros descritos neste manual, a Ceres também realiza um processo de avaliação no qual a Fundação envolve diversos agentes para a tomada de decisão. O detalhamento completo do processo de avaliação de investimentos está descrito no Manual de Boas Práticas de Investimentos e materiais do Grupo de Análise Preliminar de Investimentos (GAPI), e no Comitê de Investimento.

(c) Segmento de Operações com Participantes

A gestão de risco de crédito das carteiras de operações de Empréstimo Simples e de Financiamento Imobiliário é de responsabilidade da Gerência de Investimentos (Geinv) que analisa e avalia os riscos envolvidos nesses investimentos. Já o risco de crédito é monitorado pela Gecor.

A modalidade de Empréstimo Simples está disponível para os participantes e assistidos dos planos de benefícios administrados e segue as orientações da respectiva Instrução Normativa.

Como as prestações são preferencialmente descontadas em folha de pagamentos, o risco de inadimplência restringe-se, no geral, aos seguintes eventos e pertinentes providências de prevenção:

- Insuficiência de margem consignável - emissão de cobrança por boleto bancário ou débito em conta;
- Falta de pagamento de boleto bancário – intensificação do processo de cobrança através de inclusão no Sistema Serasa e encaminhamento da empresa de cobrança, após essas opções envio para cobrança judicial, para atrasos superiores a noventa dias;
- Rescisão do contrato de trabalho ou extinção do vínculo estatutário com o patrocinador – em cláusula do contrato de mútuo a Fundação está autorizada, em caráter irrevogável e irretratável, a utilizar parte dos recursos de direito do ex- participante para liquidar o saldo devedor do empréstimo.

A carteira de Financiamento Imobiliário encontra-se fechada para novas concessões e as operações em curso, que atualmente são objeto de gestão visando o recebimento e a liquidação dos saldos existentes, estão subordinadas às regras da instrução normativa sob o qual foram contratadas e no caso dos acordos judiciais o Conselho Deliberativo autorizou as negociações por no mínimo a meta atuarial.

A garantia das operações é hipotecária e as prestações são negociadas e descontadas em folhas de pagamentos de proventos, de benefícios dos mutuários, ou por outras formas de pagamentos.



Na impossibilidade de recebimentos dos acordos realizados, as prestações são cobradas por depósito identificado, concessão de novos empréstimos ou depósito em juízo, e, ocorrendo atraso superior a noventa dias no pagamento das prestações, são iniciadas as providências para a execução hipotecária do contrato.

Em caso de falecimento de mutuário, o saldo devedor da operação é liquidado com a cobertura proporcionada pelo Seguro Garantidor da Operação de Investimento.

Conforme a IN DIGI 011, o Seguro Garantidor da Operação de Investimento é a cobertura do valor emprestado em caso de morte do mutuário, por meio da Quota de do seguro denominado de prestamista contratado pela Ceres e garantido por seguradora e em casos excepcionais Quitação por Morte - QQM.

Considerando as características das carteiras dos planos de benefícios administrados, utiliza-se os seguintes indicadores no acompanhamento mensal dos riscos marginais de crédito envolvidos:

Tabela de Parâmetro do Modelo de risco de Crédito para operações de Empréstimo Simples

INDICADOR	FÓRMULA	LIMITE
Inadimplência	$\frac{\text{Saldo das Operações em Atraso}}{\text{Saldo da Carteira}}$	< 1
Cobertura QQM	$\frac{\text{Saldo do Fundo de Reserva de Garantia - QQM}}{\text{Média do Saldo Devedor (empréstimos e financiamentos)}}$	> 1

#### (d) Imóveis

O risco de crédito nos imóveis refere-se, notadamente, à inadimplência no recebimento dos aluguéis e às demais despesas inerentes ao imóvel.

A gestão da carteira imobiliária é de responsabilidade da Gerência de Administração (Gerad), já o risco de crédito é monitorado pela Gecor.

No caso de locação, observa-se exigência de garantia contratual nas modalidades previstas na Lei do Inquilinato e a condição financeira do locatário para fazer face ao fluxo de pagamentos.

Os indicadores utilizados para avaliar a capacidade de pagamento de locatários, bem assim para monitoramento da inadimplência, são os seguintes:

Tabela de Parâmetro do Modelo de risco de Crédito para Imóveis

INDICADOR	FÓRMULA	LIMITE
Capacidade de Pagamento	$\frac{\text{Valor do Contrato}}{\text{Receita}}$	< 5%
Inadimplência	$\frac{\text{Créditos em Atraso}}{\text{Receita estimada de Aluguel}}$	≤ 1

#### 7.2.5 Provisão para perda associada ao risco de crédito

A provisão para perda associado ao risco de crédito tem por objetivo definir os procedimentos para acompanhamento e classificação dos ativos financeiros de crédito, seguindo critérios estabelecidos na Instrução Normativa Previc nº 42 que dispõe sobre os critérios para a constituição de provisões

para perdas dos ativos financeiros pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

### 7.2.5.1 Segmento de Empréstimos

O segmento de Empréstimos, está estabelecido em critérios específicos conforme previsto no Regulamento de Empréstimos Simples, que tem por finalidade disciplinar o processo de investimento no segmento de Operações com Participantes, e também pela IN DIGI 011 que estabelece as normas na modalidade de Empréstimo para os participantes e assistidos dos planos de benefícios administrados pela Ceres, observados os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência, tendo em vista a legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar e o Regulamento de Empréstimo Simples.

### 7.2.5.2 Metodologia para Constituição de Provisão para Perdas

Conforme previsto na Instrução Normativa nº 42, art 2º, a EFPC deve classificar os ativos financeiros sujeitos a risco de crédito, em ordem crescente de nível de risco, de forma a definir as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme o nível de risco, e utilizar os percentuais abaixo:

NÍVEL	PROVISÃO PARA PERDA	NÍVEL DE ATRASO
AA	Igual a 0%	-
A	0%	Entre 15 e 30 dias
B	1%	Entre 31 e 60 dias
C	5%	Entre 61 e 90 dias
D	10%	Entre 91 e 120 dias
E	25%	Entre 121 e 180 dias
F	50%	Entre 181 e 240 dias
G	75%	Entre 241 e 360 dias
H	100%	Superior a 361

Cabe ressaltar que a constituição das provisões deve considerar o risco de crédito do ativo, inclusive para aqueles pactuados em instrumentos contratuais com patrocinadores, participantes e assistidos, incidindo sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos, conforme a § 2º do artigo 5º da Instrução PREVIC nº 42/2021. E em casos de ativos financeiros de um mesmo emissor ou grupo econômico, deve-se sempre ser considerada a de maior risco.

### 7.2.5.3 Verificação dos Ativos em Atraso

O processo de verificação dos ativos que eventualmente estejam em atraso com suas obrigações, deve tomar por base os critérios estabelecidos na Instrução PREVIC nº 31/2020 Art. 14 Parágrafo Único, onde deverá ser realizado o teste de redução de valor recuperável do ativo em casos em que o administrador do fundo não conduza o referido teste.

Portanto, para fins do disposto das provisões contidos neste manual, a aplicação da verificação dos ativos em atraso em que estejam investidos via fundos condominiais abertos, será considerado as informações fornecidas pelo administrador do fundo.

### 7.2.5.4 Classificação de Crédito

A classificação dos ativos de crédito deve seguir os preceitos utilizados na abertura das operações conforme define as diretrizes da Resolução CMN nº 4.994/22. Portanto, serão monitorados para fins de provisionamento, todos os ativos considerados “ativos finais”, que não estejam enquadrados no Art. 32º da Resolução vigente.

#### 7.2.5.4.1 Metodologia Simplificada

Para monitoramento dos ativos de crédito em carteira, temos a possibilidade de utilização da metodologia simplificada. Nesse sentido, para os ativos de crédito que forem observados dentro da carteira da Ceres, que observem os seguintes critérios:

- Valor inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- Operações com Participantes; e
- Ativos financeiros que tenham liquidez, entendido como aqueles negociados em mercado organizado ativo, no mínimo com periodicidade mensal, cuja precificação seja de ampla divulgação e o valor justo confiavelmente aferido.

É necessário destacar que, para efeito da aplicação da metodologia simplificada, o ativo em questão não deve constar em atraso e nem com provisão de crédito em suas obrigações, conforme informações observadas no item 7.2.5.3.

#### **7.2.5.4.2 Metodologia Não Simplificada**

Para ativos que não estão enquadrados no item anterior, ou que já se encontram em atraso, deverá observar critérios específicos para classificação do ativo. A informação poderá ser desenvolvida pela Entidade ou ser constituída por consultoria e/ou avaliador independente. Porém, tal fato não exime a Entidade de responsabilidade sobre a classificação e definição de provisão específica para cada ativo.

A avaliação desses ativos, deve levar em consideração os seguintes itens, em linha com a IN nº 42/2021, art. 2º, § 2º:

- Situação econômico-financeira;
- O grau de endividamento;
- A capacidade de geração de resultados;
- O fluxo de caixa;
- A pontualidade e os atrasos nos pagamentos;
- As contingências;
- O setor de atividade econômica;
- A avaliação de risco de agências de classificação do risco de crédito;
- As informações contidas no Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil (SCR); e
- O limite de crédito.

Além disso, para cada ativo individual, devemos verificar a natureza e a finalidade da transação, o valor investido e as características das garantias.

Portanto, a avaliação completa dos indicadores acima, com fundamentação técnica deve ficar à disposição dos órgãos colegiados da Entidade, bem como sua classificação de risco e provisionamento. A periodicidade da avaliação deve ser feita de maneira anual ou em caso de fatos relevantes na contraparte ou nos ativos investidos.

#### **7.2.5.4.3 Metodologia Não Simplificada - Critérios**

A fim de contemplar a obrigatoriedade da avaliação completa do ativo nos casos de atraso ou metodologia não simplificada, será observado a classificação das agências classificadoras de rating como Fitch Rating, Standard & Poor's e Moody's.

Desta maneira, para os ativos de crédito, devemos considerar a seguinte equivalência:



NÍVEL	PROVISÃO PARA PERDA	Fitch	S&P	Moody's
AA	Igual a 0%	AAA (bra)	brAAA	Aaa.br
A	0%	AA+(bra); AA (bra); AA-(bra)	brAA+; brAA; brAA-	AA+.br; AA.br; AA-.br
B	1%	A+ (bra); A (bra); A-(bra)	brA+; brA; brA-	A+.br; A.br; A-.br
C	5%	BBB+ (bra); BBB (bra); BBB- (bra)	brBBB+; brBBB; brBBB-	BBB+.br; BBB.br; BBB-.br
D	10%	BB+ (bra); BB (bra); BB-(bra)	brBB+; brBB; brBB-	BB+.br; BB.br; BB-.br
E	25%	B+ (bra); B (bra); B-(bra)	brB+; brB; brB-	B+.br; B.br; B-.br
F	50%	CCC (bra); CC (bra); C (bra)	brCCC+; brCCC; brCCC-; brCC; brC	CCC+.br; CCC.br; CCC-.br; CC.br; C.br
G	75%	DDD (bra); DD (bra); D (bra); RD	R; SD; D	SEM RATING
H	100%	SEM RATING	SEM RATING	SEM RATING

Caso as agências classificadoras classifiquem o mesmo papel ou emissor, será considerado, para fins de enquadramento, o de pior rating.

### 7.2.5.5 Classificação de Crédito

O processo final de acompanhamento dos ativos financeiros deve seguir o fluxo conforme descrito abaixo:

- Abertura dos ativos em carteira, com monitoramento e classificação individual do nível de risco
- Ativos em Atraso:
- NÃO
  - Critérios para Classificação Simplificada (SIM) → Padronização do Rating e acompanhamento → Classificação de Nível AA-H.
  - Critérios para Classificação Simplificada (NÃO) → Análise individual → Classificação de Nível AA-H.
- SIM
  - Análise individual → Classificação de Nível AA-H.

Para as informações de crédito aos participantes, adota-se a classificação simplificada conforme descrito no item 7.2.5.4.1, considerando para efeitos de provisão, somente os contratos que se encontram em atraso.

## 7.3 Risco Operacional

A gestão dos riscos operacionais está relacionada à continuidade dos processos internos, de pessoas ou de sistemas inadequados, ou ainda, da ocorrência de eventos externos, de responsabilidade de cada ator envolvido no processo de decisão, são continuamente identificados, avaliados, controlados e monitorados. Os relatórios emitidos pelo Conselho Fiscal e os relatórios elaborados pela consultoria e pela Gecor são instrumentos de acompanhamento e verificação do risco operacional da Fundação como um todo.

Além disso, a Ceres em conjunto com empresa de consultoria contratada, elabora periodicamente a avaliação dos riscos operacionais e a matriz de risco de todos os processos, inclusive os de investimentos da Fundação. Contudo, esse manual de riscos de investimentos não irá explorar o risco operacional, pois o mesmo pode ser observado no Manual de Riscos Operacionais. Importante ressaltar que todos os processos da Fundação possuem manuais de procedimentos e fluxo de processos mapeados que são revisados periodicamente.

A metodologia empregada foi o RCSA – Risk and Control Self Assessment, de tal forma que os resultados refletem as percepções dos colaboradores da Entidade em relação aos riscos e controles. Para a implementação do processo de gestão de riscos e controles utilizamos a arquitetura elaborada pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission-COSO, alguns componentes dessa estrutura contemplam a identificação, mensuração e o tratamento dos riscos dos processos de uma Entidade.

A avaliação dos riscos operacionais da Fundação foi elaborada de acordo com os padrões metodológicos mais disseminados como o COSO e ISO 31000. Esses dois métodos de análise de risco, combinam o impacto e frequência e permitem que sejam construídos gráficos de quadrantes que ofereçam rápida visualização comparativa da severidade de diferentes riscos, como no exemplo abaixo:

A Ceres determina que todos os gestores devem pensar sobre os riscos inerentes às suas atividades de forma integrada com o processo produtivo, portanto, os controles necessários de risco serão implementados no processo pelo responsável pela atividade, como forma de garantir o atendimento às metas e objetivos traçados no Plano de Trabalho da Ceres.

## 7.4 Risco Legal

A avaliação e o acompanhamento dos riscos decorrentes da possibilidade de perdas devidas à inobservância de disposições legais, estatutárias e regulamentares e de procedimentos necessários à formalização de operações desenvolvidas, bem como da insolvência da contraparte em negócios realizados com base na legislação em vigor. A mitigação do risco legal, é conduzida internamente pela Gecor e pela Gerência Jurídica (Gejur).

O acompanhamento e monitoramento da Política de Investimentos dos planos de benefícios, seguem as diretrizes de aplicação estabelecidas pela Resolução CMN Nº 4.994/22. Isso objetiva a análise nos segmentos, carteiras e classes de ativos sujeitos às restrições legais e aos limites propostos, conforme os respectivos itens:

- Os limites de alocação por segmento/plano estabelecido pela Resolução CMN Nº 4.994/22;
- Os ratings dos títulos privados adquiridos por meio dos fundos exclusivos ou por fundos abertos;
- Os limites de risco de mercado estabelecidos pela Política de Investimentos e o
- Cumprimento dos normativos do órgão controlador e Regulador (Previc), Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central (Bacen), Comissão de Valores Monetários (CVM) e demais normativos aplicáveis vigentes do mercado financeiro.

Além disso, para a efetiva mitigação do risco legal, a Fundação acompanha periodicamente os limites de alocação por meio de:

### 7.4.1 Enquadramento

A verificação dos enquadramentos dos planos de benefícios administrados pela Ceres é realizada mensalmente pelo Custodiante e trimestralmente pela consultoria contratada, além de periodicamente por meio de sistema próprio da Fundação. Os relatórios elaborados pela custódia e consultoria, são encaminhados mensalmente à Gecor, que tem o prazo de 5 dias úteis para validação das informações. Se for observado qualquer desenquadramento, a Gecor encaminhará os relatórios às Gerências competentes e ao Administrador de Risco com os apontamentos de desenquadramento para as devidas providências. As Gerências responsáveis terão um prazo de 5 dias úteis após o recebimento da comunicação da Gecor para apresentar um plano de ação à Diretoria Executiva, visando corrigir as situações de não conformidade.

A Diretoria Executiva será responsável por deliberar sobre o plano de ação apresentado. Os relatórios

de enquadramento devem ser encaminhados pela Gecor, na mesma data do recebimento, ao Diretor de Investimentos. A Gecor informará a Diretoria Executiva e Administrador de Risco qualquer caso de desenquadramento.

Os enquadramentos realizados são fundamentados pelas instruções CVM nº 555/2014 e pela resolução CMN Nº 4.994/2022, seguindo as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados, e pela própria Política de Investimentos.

#### 7.4.2 Pré - Enquadramento

Além dos mecanismos de Enquadramento descritos acima, a Ceres utiliza sistema próprio capaz de identificar os limites operacionais antes das operações serem finalizadas, ou seja, a Gecor e a Gemoi têm acesso a todas as operações desenquadradas através do Sistema Front Pré-Boletas desenquadradas.

### 7.5 Risco de Liquidez

O risco de perda resultante da falta de recursos necessários ao cumprimento de uma ou mais obrigações da entidade, em função do descasamento de atribuições e aplicações, é minimizado pela manutenção de um consistente sistema de fluxo de caixa. O pagamento dos compromissos previdenciais, é coberto pelo fluxo da receita previdencial e dos recursos provenientes das aplicações feitas em diferentes segmentos. São utilizadas duas metodologias para o gerenciamento do risco de liquidez, sendo de curto prazo e de longo prazo.

Para o gerenciamento do Risco de **Liquidez de Curto Prazo** - Aplica-se o fluxo de caixa de entrada e saída de recursos, monitorado e avaliado no Comitê de Riscos para assegurar qualquer eventualidade ou medidas de contingências.

Já para o gerenciamento do Risco de **Liquidez de Longo Prazo** - É utilizada a metodologia do ALM como ferramenta de trabalho para gerenciar e monitorar o risco de liquidez de longo prazo (superior a 12 meses). Com base em estudos de cenários alternativos (básico, otimista e pessimista), são estabelecidas estratégias de alocação visando maximização dos retornos e a macroalocação dos ativos.

Além das metodologias discriminadas acima a Ceres utiliza um sistema interno de investimentos e risco contratado, que calcula o fluxo de caixa dos planos, fundos de investimentos exclusivos e dos ativos.

No que concerne ao monitoramento dos limites mínimos de liquidez, aplicam-se na gestão os seguintes indicadores:

Tabela de parâmetro do risco de liquidez

INDICADOR	FÓRMULA	LIMITE
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Saldo em Ativos de Liquidez Imediata}}{\text{Desembolsos previstos para três meses}}$	$\geq 1$
Inadimplência	$\frac{\text{Saldo em Ativos de Liquidez}}{\text{Compromissos Previdenciários e administrativos estimados para um ano}}$	$\geq 1$

### 7.6 Riscos Sistêmicos

A preocupação com o risco sistêmico é indispensável à gestão dos recursos financeiros, tendo em

vista as vultosas perdas geradas por graves crises verificadas ao longo do tempo. Diante da complexidade, falibilidade e custo da implantação de modelos voltados à previsão do risco sistêmico, são praticados na gestão dos recursos dos planos, procedimentos que contribuem para o monitoramento e acompanhamento desse risco.

Os procedimentos incluem os critérios de avaliação e mensuração dos demais riscos e as análises periódicas do cenário econômico interno e externo, apresentadas no GAPI e no CI. Além disso, a Ceres possui sistema interno que permite a criação de cenários para a mitigação do risco sistêmico.

## 8. Melhores Práticas de ASG nos Investimentos

Por meio da Gecor, da Geinv e da Gejur, a Ceres busca, sempre que possível, adotar as melhores práticas Ambientais, Sociais, e de Governança (ASG) amplamente reconhecidas pelo mercado de capitais.

## 9. Responsabilidades da Gestão de Riscos

Para que a gestão de riscos dos investimentos seja adequada e exista um aprimoramento constante, é necessário que sejam definidas as responsabilidades de todos os envolvidos.

Em atenção ao estabelecido no Código de Ética da Ceres, os dirigentes, conselheiros, empregados e prestadores de serviços, no exercício de suas funções, deverão pautar-se pelos padrões da ética, sobretudo no que diz respeito à integridade, à moralidade, à clareza de posições, de modo a prevenir eventuais conflitos de interesses dentro da Fundação.

O processo de análise e gestão de riscos dos investimentos da Fundação Ceres, aborda a estrutura de modo a observar sempre as melhores práticas de governança 1Chinese Wall e gestão de riscos, de acordo com a instrução CGPC 13 de 2004 e resolução CMN 4.994 de 2022, além das melhores práticas de governança corporativa.

O processo de análise e gerenciamento de riscos dos Investimentos da Ceres, envolve diversas áreas e agentes da Fundação, dentre eles a Diretoria Executiva, a Secretaria Executiva, Comitê de Riscos, a Comitê de Investimentos, o GAPI, a Geinv, a Gejur e a Gecor.

As atribuições e responsabilidades de cada área ou agente, estão descritas logo abaixo:

### 9.1 Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo responsável pela definição da política geral de administração da Ceres, além disso, tem as seguintes atribuições:

- Aprovar e supervisionar a execução das diretrizes das Políticas de Investimentos e da estratégia de investimentos dos recursos dos planos
- Aprovar os indicadores de riscos definidos no Manual de Riscos de Investimentos;

### 9.2 Conselho Fiscal

O conselho fiscal é responsável por controlar os procedimentos adotados na gestão de riscos da Ceres, reportando suas conclusões ao conselho deliberativo e aos participantes e assistidos dos respectivos planos de benefícios. Entre suas atividades, deve alertar sobre qualquer desvio, sugerir e indicar providências para a melhoria da gestão dos riscos, além de emitir parecer conclusivo sobre as demonstrações contábeis anuais da entidade.

### 9.3 Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura e do processo de gestão de riscos

dos investimentos, além das seguintes atribuições:

- Promover ambiente de controles internos favorável que facilite a aplicação do processo de gestão de riscos dos investimentos;
- Gerir os recursos da Ceres, respeitando os limites legais e os estabelecidos nas Políticas de Investimentos e normas complementares;
- Definir as alçadas de investimentos, exceto as de competência do Conselho Deliberativo;
- Elaborar as Políticas de Investimentos, bem como as alterações ou revisões, e submetê-las à aprovação do Conselho Deliberativo;
- Aprovar as premissas dos estudos para elaboração das Políticas de Investimentos (ALM);
- Definir e tomar decisão quanto aos parâmetros de Riscos dos Investimentos da Fundação;
- Aprovar as propostas de Investimentos após análise das demais instâncias;
- Aprovar a estrutura de análise e gerenciamento de riscos dos investimentos da Fundação; e
- Aprovar este Manual de Risco dos Investimentos.

#### **9.4 Secretaria dos Órgãos Colegiados**

A Secretaria dos Órgãos Colegiados é responsável por reunir em sistema online compartilhado toda a documentação necessária para análise do Comitê de Investimentos, GAPI e Diretoria Executiva. Os documentos citados serão disponibilizados pelas gerências conforme demanda.

#### **9.5 Comitê de Investimentos**

O Comitê de Investimentos, instituído pela Diretoria Executiva, tem por finalidade avaliar e formular propostas e recomendações sobre os investimentos dos planos administrados pela Fundação Ceres, e o seu funcionamento está descrito em regimento interno aprovado pela Direx.

#### **9.6 Administrador Responsável pela Gestão de Riscos**

O Administrador Responsável pela Gestão de Riscos da Ceres, que tem como atribuição a gestão dos riscos da Fundação, conforme determinado pela resolução 4.994 do CMN, é o seu Diretor Superintendente, na Ceres chamado de Diretor Presidente. O Administrador Responsável pela Gestão de Riscos tem as funções de:

- Monitorar e avaliar o risco dos investimentos da Ceres, mantendo-os em níveis aceitáveis e dentro dos limites deste Manual de Riscos e da legislação;
- Informar ao AETQ sobre eventuais desenquadramentos em relação às diretrizes das Políticas de Investimentos;
- Propor alterações nas Políticas de Investimentos, quando ocorrer algum fato ou evento que possa elevar os riscos e o desempenho dos investimentos;
- Analisar e avaliar as informações técnicas, referentes aos riscos dos investimentos, utilizadas nos Pareceres técnicos; e
- Revisar anualmente, para o exercício seguinte, este Manual de Riscos de Investimentos com as diretrizes de risco para cada Plano de Benefícios contendo os parâmetros necessário para mitigar os riscos de investimentos.

#### **9.7 Grupo de Análise Preliminar de Investimentos - GAPI**

A gestão integrada de riscos está diretamente relacionada ao crescimento sustentável e a criação de valor, dado que este processo permite a identificação não só de ameaças, mas também de oportunidades de negócio, além da tomada de decisões baseada em riscos. A Ceres por meio do Grupo de Análise Preliminar de Investimentos – GAPI, analisa propostas de investimentos previamente ao Comitê de Investimentos. As análises são realizadas de forma resumida pela Geinv, pela Gejur e pela Gecor.

#### **9.8 Gerência de Controles Internos e Gestão de Riscos**

A Gecor, é responsável pela adoção das metodologias de gestão riscos dos investimentos, e a aplicação deste manual sempre de forma a identificar, analisar e monitorar os riscos expostos neste manual para que os órgãos colegiados possam avaliar a exposição de riscos da Ceres. Além disso, a Gerência terá as seguintes atribuições:

- Seguir os conceitos e metodologias aplicadas na gestão de riscos dos investimentos;
- Estruturar o processo de gestão de riscos dos investimentos;
- Disseminar a cultura de gestão de riscos dos investimentos;
- Monitorar a exposição aos riscos dos investimentos da Ceres;
- Controlar o sistema de informação de riscos dos investimentos da Ceres;
- Elaborar e divulgar os relatórios de gestão de riscos dos investimentos; e
- Assessorar comitês e conselhos no que diz respeito aos processos de gestão de riscos dos investimentos.

### **9.9 Gerência de Investimentos**

A Geinv, é responsável pela captação e alocação dos recursos, além das seguintes atribuições:

- Prospeção dos investimentos da carteira;
- Elaboração e o acompanhamento do estudo de ALM;
- Apresentação de propostas de investimentos e desinvestimentos; e
- Disponibilização da documentação pertinente aos pareceres sobre os ativos.
- Elaborar Plano de Ação quando necessário.

### **9.10 Gerência Jurídica**

A Gejur, tem como responsabilidade a emissão de pareceres sobre os investimentos, avaliar o risco de imagem, realizar a avaliação das garantias dos ativos, além do acompanhamento dos processos jurídicos dos investimentos que estiverem em fase de execução judicial, classificando-os como provável, possível e remota. Cabe à Gejur a avaliação, a identificação e o monitoramento de todos os riscos legais acerca de todos os ativos em carteira da Ceres, incluindo as novas alocações.

## **10. Monitoramento**

A atividade de monitoramento, é realizada de forma contínua e ocorre no decurso das atividades da Ceres. O monitoramento dos investimentos é realizado pela Gemoi, já o monitoramento dos riscos dos investimentos é realizado pela Gecor, por meio de relatórios gerenciais.

As principais atividades de monitoramento dos riscos de investimentos incluem as exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, entre outros inerentes aos investimentos da Ceres, conforme já informado em capítulos anteriores.

## **11. Considerações Finais**

Esse manual baseou-se no Guia Previc de Melhores Práticas de Investimentos e de Governança para EFPC, da Previc, bem como na Instrução CGPC 13/2004, resolução CMN nº 4.994/2022 e Instrução Normativa Previc 42/2021.

O manual deve ser revisado sempre que se fizer necessário, não excedendo o prazo máximo de três anos, de forma a incorporar as adaptações necessárias ao constante aperfeiçoamento das práticas de gestão e das mudanças determinadas pela legislação e pelas instruções.

Este Manual de Riscos dos Investimentos entra em vigor a partir da data de aprovação pela Diretoria Executiva.